

Sueli Pokojeski

**EDUCAÇÃO NATURAL, ANTROPOLOGIA E
SOCIABILIDADE NO *EMÍLIO* DE ROUSSEAU**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Fundamentos da Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Almir Dalbosco.

Passo Fundo

2008.

“A vida é curta, não pelo pouco tempo que dura,
Mas, porque desse pouco tempo, de quase nada
dispomos para poder saboreá-la.
Por mais que o momento da morte esteja afastado
daquele do nascimento,
a vida é sempre curta demais quando esse espaço
é mal preenchido.”
(Jean-Jacques Rousseau)

Ao meu esposo Leandro, companheiro de amores
e saberes!

À minha filhinha Rafaela, que move minha
esperança para continuar...

Aos meus colegas pelo diálogo;

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação, que através do discurso particular de cada um, contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual.

Aos professores examinadores desse trabalho, que contribuíram com sugestões valiosas para a finalização deste;

Um agradecimento especial ao meu orientador, professor Dr. Cláudio Almir Dalbosco pela orientação e compreensão, que de forma competente e sempre amável me auxiliou na escrita de meus propósitos, incertezas e indagações.

A todos minha admiração e meu muito obrigada!

RESUMO

A perspectiva da Educação Natural embasa a tradição pedagógica do *Emílio* ao delinear as diferentes etapas do desenvolvimento humano. O presente estudo enfoca o desenvolvimento humano que compreende a idade da razão e das paixões e que constitui o caráter do ser humano. No livro IV do *Emílio*, Rousseau formula a tese de que socialização humana se manifesta por meio do confronto dos dois sentimentos especificamente humanos, o amor de si mesmo e o amor próprio. Tal confronto sustenta o desenvolvimento do indivíduo sendo que, conhecendo seus sentimentos, ele pode conhecer e respeitar a si mesmo e aos outros. Rousseau valoriza, nessa obra, a infância da criança como um dos pontos fundamentais do prolongamento do aprendizado, o qual afetará a vida adulta, e lhe conferirá sustentabilidade e capacidade para enfrentar determinados desafios não só pessoais, como também do meio social. Reveste-se, então, de importância, seu pensamento, no desenrolar da relação entre indivíduo e sociedade, na construção do contrato como uma forma de mediar as relações sociais, culturais e educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Natural. Homem. Sociabilidade. Amor de si. Amor próprio. Piedade.

ABSTRACT

The perspective of the Natural Education bases the pedagogical tradition of Emilio delineating the different stages of the human development. This study it focused the human development that understands the age of the reason and passions, that constitutes the character of the human being. In book IV of Emilio, Rousseau formulates the thesis of that socialization human manifest human if by means of the confrontation of the two human feelings, the love of itself and the proper love. Such confrontation supports the development of the individual being that, knowing its feelings, it can know and it respects itself and the others. Rousseau values in this book, the infancy of the child as one of the basic points of the prolongation of the learning, which will affect the adult life, e will confer it support and capacity to face definitive challenges, not only personal, as well of the social environment. It is armed, then, of importance, its thought, in uncurling of the relation between individual and society, in the construction of the contract as a form to mediate the social, cultural and educational relations.

KEY WORDS: Natural education. Man. Sociability. Love of itself. Proper love. Piety.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZANDO O ILUMINISMO EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU ..	14
1.1 Situando a época das luzes e o pensamento de Rousseau	14
1.2. A idéia da religião no período iluminista e o desenvolvimento da razão.....	19
1.3 A concepção de Educação Natural e suas implicações	24
1.4. A manifestação da moral para a formação do caráter	30
2 NATUREZA ANTROPOLÓGICA DO SER HUMANO: AMOR-DE-SI-MESMO E AMOR-PRÓPRIO	39
2.1 Reflexões acerca do amor de si mesmo e do amor próprio	39
2.2 A consciência humana e o desenvolvimento das idéias	50
2.3 O significado pedagógico dos conceitos de amor de si mesmo e amor próprio	55
3 ANTROPOLOGIA, NATUREZA E SOCIABILIDADE EM ROUSSEAU	59
3.1 Considerações sobre o Iluminismo e a Antropologia em Rousseau	59
3.2 Implicações político-morais do sentimento do amor próprio	62
3.3 Implicações pedagógicas: do amor próprio ao desenvolvimento Moral	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

A obra do *Emílio ou da Educação* traz em seu bojo a tese de que a educação se dá em diferentes etapas para a constituição humana, o que se traduz como desafio para pensar na educação presente no cotidiano escolar, e nos grupos sociais. Nesse sentido, cabe perguntar: encontra-se no pensamento de Rousseau alguma atualidade? Bem, como solução para as imperfeições de nossa época, certamente não, mas como um filósofo que faz refletir sobre os propósitos educacionais, poder-se-ia dizer que, por várias razões, a resposta é positiva¹.

Seu pensamento ainda permanece atual porque faculta reflexão sobre as relações entre a natureza e a sociedade, derivando desses conceitos seu propósito no respeito ao processo educativo da infância. Levando em consideração que todo o percurso cognitivo e moral do sujeito começa na fase infantil, a qual visa tornar crianças em futuros adultos capazes de combater as adversidades e viver bem com o outro em sociedade. Justamente considerando isso é que Rousseau manifesta seu posicionamento frente a relação que o ser humano estabelece com a natureza por meio de seu processo de sociabilidade. Seu conceito de infância não corresponde ao conceito atual, “mas é moderno porque Rousseau, mesmo sem poder contar com uma ciência desenvolvida do mundo infantil, antecipa de forma romaneada e intuitiva, muitas teses e muitos princípios da psicologia e sociologia infantis.” (DALBOSCO, 2007a, p. 319). Rousseau antecipa os diferentes estágios do desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem, tanto cognitivo quanto moral, com a pretensão de mostrar como o processo da formação humana se dá, via de regra, pelo processo educacional e, sobremaneira, pela relação entre educador e educando.

Permanece de suas idéias a deliberação educacional e seu enfrentamento na esfera social. Rousseau manifesta seu posicionamento ao afirmar que as relações entre os direitos do indivíduo e os da sociedade, aparecem como uma situação difícil, para a qual torna-se necessária a educação como propulsora para aferir esse desconforto. O genebrino depara-se com a questão da autonomia do ser humano e escreve que é possível exercer a soberania representada pelos sentimentos e pela consciência humana.

Rousseau pode referendar uma análise sobre a educação moral das crianças e

¹ Sobre esse aspecto consultar Aranha (2006) e Souza (2001).

jovens, no contexto atual, lembrando que hoje exibem-se outros recursos, que na época dele não existiam, como por exemplo, os avanços tecnológicos, os quais, de certa forma, distanciam a criança de sua natureza. Ainda que não possamos negar a contribuição desses avanços na atualidade, pois, grosso modo, se mostram eficazes para o bem estar humano, contribuindo também para o desenvolvimento da humanidade.

Seu pensamento torna-se mais forte ao afirmar que a aprendizagem da criança envolve a sua relação com mundo do adulto, e por tal motivo, compreende que a criança precisa ser respeitada em seu mundo e não como um adulto em miniatura. Essa idéia reforça a tese rousseauiana de que a educação precisa ocorrer em diferentes etapas, começando pela educação na primeira infância para, posteriormente, seguir o percurso da educação na idade da juventude, a qual preparará o jovem Emílio, para a consciência moral e, decorrente dela, as noções de bem e mal.

Alguns aspectos atuais do pensamento rousseauiano foram expostos acima, ainda que prematuramente. Entretanto, o objetivo dessa pesquisa consiste em analisar a educação natural e a sociabilidade, e com ela a questão antropológica que marcou sua posteridade, a saber, os sentimentos especificamente humanos do amor de si mesmo e do amor próprio. Sentimentos constituintes do progresso humano e de sua socialização. Sendo assim, este é um trabalho de natureza bibliográfica cuja referência incidiu na obra *O Emílio ou da Educação* como literatura básica, em que o foco da pesquisa centra-se no seu IV livro. Também se fez uso das obras: *As Confissões*, *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, *Discurso sobre as ciências e as artes*, *Do Contrato Social* e a *Nova Heloísa*, do mesmo autor, enquanto literatura secundária, bem como outros comentadores de tais obras. Esse estudo prosseguiu a forma analítico-reconstrutiva do pensamento rousseauiano, realizado pela leitura, fichamento e análise das obras do pensador e dos textos dos comentadores.

Pensar no significado de educação natural significa reconhecer que o ser humano precisa ser visto como um todo, compreendendo suas dimensões afetivas, cognitivas e morais e, mais ainda, que a construção dessas dimensões ocorre por meio de sua socialização. Investigar o pensamento de Rousseau no livro IV do *Emílio* significa debater sobre a educação natural, moral e social, juntamente com o conceito de ser humano. Não há como se pensar a educação separada do ser humano. Por esse motivo, optou-se por este livro para efetivar a investigação de tais conceitos.

A análise se concentra no IV livro, cuja exposição diz respeito à idade da razão e das paixões, correspondendo à idade dos quinze aos vinte anos. O foco dele incide sobre o

ser humano, o qual precisa aprender que não está sozinho. E, consciente de que não está sozinho, precisa saber conviver em sociedade. É justamente nesta idade que o Emílio entra em conflito com seus sentimentos de amor próprio (egoísmo) e a idéia de solidariedade (amor de si mesmo). É também nesta fase do desenvolvimento humano que a construção da consciência moral se forma. É esta, pois, a tese central do pressuposto da educação, contida no referido livro, o que possibilitou a reflexão deste trabalho.

Nesse sentido, algumas questões norteadoras emergiram: Partindo-se da problemática do ser humano, a questão central é: Em que sentido o amor de si mesmo e o amor próprio sustentam o projeto de uma educação natural? A partir dessa questão outras decorrentes dela surgiram para dar sustentação ao estudo: Em que sentido o projeto da educação natural é dependente de uma antropologia? Por que não é possível formular um conceito de educação sem o conceito de ser humano? Qual é o conceito de ser humano em Rousseau? Como se constitui em seu pensamento a relação entre a sociedade, a antropologia e a educação?

A partir dos questionamentos apresentados, a problemática desse estudo foi desdobrada, com a finalidade de demonstrar que a modernidade traz em si a divisão entre o homem (ser humano) e o cidadão. Tal divisão aparece como fio condutor, para afirmar que é somente pela evolução da educação e de suas concepções pedagógicas, que o autor conduz uma proposta baseada num ideal de educação que sirva de referência crítica aos problemas educacionais e ao contexto social, sendo esse o foco da pesquisa.

Essa hipótese justifica o interesse em pesquisar tal autor pelo debate iniciado no desenvolvimento do trabalho de conclusão da graduação, quando ficaram em aberto algumas questões de natureza pedagógica, de modo especial a questão da relação entre educador e educando. Através da relação pedagógica construída com seu aluno fictício, Rousseau oferece muitos indicativos sobre a natureza problemática do saber pedagógico e o faz, questionando-se profundamente sobre a imbricação entre homem, natureza e sociedade. No decorrer dos tempos, esse é um desafio para pensar uma proposta pedagógica que sirva como referência crítica aos problemas pedagógicos do contexto social. A pesquisa apresenta a estrutura abaixo, organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo foram desenvolvidos aspectos do iluminismo rousseauiano, que se relacionam com o tema do progresso da razão humana. A característica da confiança no desenvolvimento da razão marca a entrada da inteligência crítica e, com isso, o crescimento intelectual do homem. Frente a essa afirmação, qual foi a posição de Rousseau frente o movimento iluminista e que contribuição teve para o projeto de

educação?

É nesse viés de colocar o saber enquanto esclarecimento que valoriza o conjunto dos seres racionais, ou seja, o homem, é que o iluminismo francês marca a entrada da inteligência crítica, dando ênfase a uma nova significação para a humanidade. Ao tratar desse movimento faz referência à felicidade humana e sustenta posições baseadas na inteligência, com o intuito de tornar os homens mais preparados para viver em sociedade, preparo esse que incide sobre a virtude.

Significa dizer que a razão enquanto fonte do conhecimento dá forma ao processo de socialização do indivíduo. Rousseau se refere ao ser humano, ao afirmar que as manifestações da história e da sociedade levam o homem a descobrir sua consciência adquirindo o modo de sua conduta, quer dizer, a capacidade de julgar. A aptidão para julgar é saber dar sentido às ações, dando significado para as práticas pedagógicas e sociais perante os demais membros de um grupo, seja ele familiar, escolar ou social.

No segundo capítulo são desenvolvidos os conceitos de amor de si mesmo e amor próprio, como dois sentimentos constituintes para a formação do caráter moral e social do homem. “ A fonte de nossas paixões, a origem e o princípio de todas as outras, a única que nasce com o homem e nunca o abandona enquanto ele vive, é o amor de si [...]”. (ROUSSEAU, 2004. p. 288). A primeira analogia que o Emílio faz sobre seus semelhantes leva-o a comparar-se com eles. É neste momento que o amor de si mesmo (sentimento natural), transforma-se em amor próprio (sentimento social). Diante dessa reflexão, o processo de socialização só se efetiva na medida em que o homem entende sua capacidade racional e busca a identidade consigo mesmo, a partir do confronto com os demais, pelo confronto entre o natural e o social.

Perante essa idéia, o projeto de educação natural proposto por Rousseau caracteriza sobremaneira os conceitos de amor de si mesmo e de amor próprio como constituintes da formação do caráter humano. Essa constituição origina-se especificamente do amadurecimento da consciência, que é visto por Rousseau como resultado do processo educacional que começa ainda na infância, adquirindo progressivamente conteúdo moral. Sendo assim, alcança significado pedagógico, em sentido amplo, pois, se a moral começa a se desenvolver ainda na infância, pelas necessidades da criança e pelos cuidados que adulto dispensa a ela, é preciso dar atenção especial às necessidades, bem como, aos cuidados que o adulto exerce sobre ela.

No terceiro capítulo, ampliou-se a discussão sobre a sociabilidade tratada por esse filósofo, o qual presta uma reflexão sobre o homem como um ser constituído por dois

tipos de sentimentos e que, pelo processo de socialização conhece-se e respeita os outros. Prende-se aí uma análise do homem enquanto um ser político que se educa na compreensão e no entendimento de aspectos sociais, culturais e educacionais, onde a vontade e a consciência de cada um interferem no seu desenvolvimento em sociedade.

Nesse viés, Emílio precisa ser guiado para que saiba qual a posição que deseja ocupar entre os homens, pois tal decisão definirá as paixões dominantes em seu caráter, e tais paixões podem ser humanas e doces, ou inumanas, sendo cruéis e nocivas. Rousseau defende a tese de que é preciso estudar "a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade" (ROUSSEAU, 2004. p. 306), pois só assim Emílio não será enganado pelas aparências e fantasias que reinam no mundo. Ele deve compreender que há uma igualdade no estado de natureza e que as diferenças entre os homens não são tão grandes a ponto de impedi-los de serem interdependentes. A representação do mundo em que as farsas e erros humanos são encenados, inspira compaixão. "A piedade é doce,[..], a inveja é amarga [...]. (ROUSSEAU, 2004. p. 302). O jovem Emílio deve amar aqueles com quem se relaciona. Nesse sentido, o ser humano é o resultado de suas experiências, não é bom ou mau por natureza, o que define sua bondade ou sua maldade são os conhecimentos resultantes das suas vivências subjetivas.

Sob tal perspectiva, pretende-se demonstrar a importância que esse enfoque tem para a pedagogia, de modo especial, em pensar o significado que a tensão oriunda entre o amor de si mesmo e o amor-próprio representa para a educação.

Estudar o livro IV do *Emilio* é, em certo sentido, investigar os princípios norteadores da teoria política de Rousseau, evidenciando que a problemática educacional delinea as vivências do aluno e a vida do Emílio na sociedade, uma vez que é neste livro que Rousseau pensa o processo formativo de seu aluno, justamente no momento de seu ingresso na sociedade. Neste sentido, cabe a seguinte questão: como educar o homem para uma vida melhor em sociedade? Isso remete à análise sobre o estado de natureza e o estado de sociabilidade do ser humano, no modo como foi pensado por Rousseau, e, de como esse mesmo ser humano se constrói em sociedade, considerando a dimensão antropológica e pedagógica de sua constituição. Com tal investigação, buscou-se pesquisar a fundamentação do modelo educacional proposto por Rousseau, a fim de reconstruir as bases filosófico-conceituais empregadas na caracterização de seu projeto de Educação Natural. O Emílio precisa entender que não está só no mundo, e precisa confrontar os dois sentimentos: o amor de si mesmo e o amor-próprio. Rousseau elaborou seu propósito de Educação Natural possibilitando uma reflexão que valoriza a infância em seu processo

pedagógico, tratando do aprendizado pedagógico de uma criança para tornar-se parte de uma sociedade republicana.

Resumindo, investigar as principais idéias pedagógicas do IV livro do *Emílio* possibilita visualizar a criatividade que se encontra no ser humano mesmo, com os outros e com as coisas. O homem se constrói em sociedade e não pode ser pensado fora dela, sendo preciso educar primeiramente as paixões para depois educar a razão. Diante disso, o ensinar a “aprender a pensar” torna-se um aspecto decisivo de seu projeto educacional delineado no *Emílio*.

1 CONTEXTUALIZANDO O ILUMINISMO EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU

1.1 Situando a época das luzes e o pensamento de Rousseau

A época das luzes situa-se como o movimento cultural que se desenvolveu na Alemanha, Holanda e França entre os séculos XVII e XVIII. Nesse período, o crescimento intelectual deu margem às idéias de liberdade política e econômica, sustentadas pela burguesia classe social instituída no período relatado. Os pensadores e economistas que propagavam essas idéias julgavam-se divulgadores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, classificados como iluministas, pois, centravam a confiança na razão humana e no seu desenvolvimento. O contexto social e econômico do Iluminismo Francês é distinto, se comparado aos outros países. Nele interfere a forte estrutura feudal precedente, e os conflitos mais acirrados da burguesia, ponto que reforça a leitura negativa de sociedade que transparece no pensamento rousseauiano.

Diante disso, desenvolver-se-ão algumas idéias centrais do pensamento rousseauiano no período do iluminismo. Investigar-se-ão questões que remetam ao pensamento de Rousseau e, implicitamente, relacionam-se com o desenvolvimento da racionalidade humana. Pretende-se reconstruir alguns aspectos da relação desse movimento cultural com o desenvolvimento humano, bem como, com seu crescimento intelectual. Seguindo essa reconstrução, cabem os seguintes questionamentos: O que o período iluminista significa segundo Rousseau, para o desenvolvimento humano? Que contribuição o período das luzes trouxe para o crescimento intelectual do homem e para o projeto de educação? Como Rousseau se posiciona no interior do movimento iluminista? Que tipo de iluminismo defende e como tal conceito influencia seu projeto de educação natural?

Cabe então, uma breve definição do que é o iluminismo: “O *Sapere Aude* que é segundo Kant, a divisa do iluminismo que também vale para a nossa própria atitude histórica a seu respeito” (CASSIRER, 1997, p. 15). Pode-se definir o crescimento intelectual assim como Kant define o iluminismo:

Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual, ele próprio, é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade, se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si-mesmo sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem a coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do Esclarecimento. (KANT, 1974, p. 100).

Nesse sentido, o esclarecimento é a exigência de se estabelecer determinadas regras para o desenvolvimento da razão humana, ou seja, o conhecimento e seu progresso. Segundo Souza, tal idéia “perpassa as doutrinas iluministas sobre a história [e que], na sua origem, no começo da modernidade, de fato esteve ligada ao nascimento da ciência moderna e à consideração do domínio da natureza pela atividade científica [...]”. (SOUZA, 2001, p. 22). O que de certa forma dá origem ao saber e ao progresso da humanidade para o amadurecimento do homem e para o avanço da ciência. O período iluminista trouxe grandes avanços que, junto com a Revolução Industrial, abriu espaço para a mudança política determinada pela Revolução Francesa.

Um traço específico do Iluminismo francês é o culto da razão oriundo da Revolução Francesa, a qual leva à destituição da ordem constituída nos campos social, econômico, político e religioso. Qualquer atividade que não estando ligada à razão, como por exemplo, a fantasia, o sentimento, as paixões, certamente não era considerada como racional. A razão opera, “na natureza humana, que é uma só, e que vai se desenvolvendo gradativamente, passando da potência ao ato através das diferentes etapas e caminha na direção e no triunfo das luzes, da superação das superstições e da conquista da civilização.” (FORTES, 1993, p. 44).

Pode-se inferir que as principais particularidades do iluminismo foram à valorização da razão, instrumento primordial para se alcançar qualquer tipo de conhecimento ou questionamento, a investigação e a experiência, como as formas absolutas desse conhecimento. O iluminismo também critica o absolutismo, o mercantilismo e os privilégios da nobreza. Critica ainda o cristianismo, embora não se excluísse a crença em Deus e a defesa da liberdade política e econômica, bem como, a igualdade de todos perante a lei e o Estado. Segundo Souza, “a análise do pensamento iluminista sobre a história mostra que, para o filósofo das luzes a razão não é apenas faculdade de conhecer, mas é também instância que estabelece valores para regular e orientar a vida em sociedade [...]”. (SOUZA, 2001, p. 22).

É nessa idéia de colocar o saber enquanto esclarecimento que dá valor a razão, que o iluminismo francês marca a entrada da inteligência crítica, dando ênfase a uma nova significação para a humanidade. Ou seja, trata-se do movimento que se reporta à felicidade humana, anulando os preconceitos e sustentando as opiniões baseadas na inteligência, com o intuito de tornar os homens mais preparados para viver em sociedade. Como afirma Cassirer: “A sociedade é o ar vital; a verdadeira ciência, a verdadeira filosofia, a verdadeira arte não podem florescer em nenhum outro lugar.” (CASSIRER, 1997, p. 356).

Significa dizer que a razão, fonte do conhecimento, molda-se de acordo com a socialização do indivíduo. Rousseau se reporta ao ser humano, ao afirmar que é preciso “demonstrar que as descobertas dos princípios universais levam sempre a manifestações do social histórico, tirando dessa obra (*Emílio*), a lição de que a consciência humana é o hábito do julgamento.” (NOGARO E POKOJESKI, 2004, p. 109). No entanto, saber julgar, é saber dar sentido àquilo que se faz, quer dizer, dar significado para as práticas pedagógicas e sociais perante os demais.

Com isso, a época das luzes, marcada pela fonte do conhecer, precisava ser levada até o povo através do processo da oratória, no que Rousseau chamava a atenção do público, e não somente através de textos. Era necessário que os caminhos da virtude fossem na direção certa, para tanto, o jovem teria que conhecer-se a si mesmo e adquirir os conhecimentos dos homens perante a sociedade, pois; “[...] era preciso tornar-se ator, para torná-lo espectador; é preciso terminar, pois, da platéia vemos os objetos tais como aparecem, mas do palco vemo-lo tais como são. Para abarcar o todo, é preciso colocar-se no ponto de vista; para ver os detalhes é preciso aproximar-se. (ROUSSEAU, 2004, p. 347). Criava-se um ambiente favorável para aproximar-se dos fatos e da realidade histórica, mas para isso era preciso preparar o ser humano na sua juventude para o desenvolvimento da oratória e do progresso da razão.

Prosseguir nessa reflexão implica reconstruir o pensamento de Souza, esperando-se que essa preparação do ser humano seja o resultado de seu crescimento intelectual e do recuo da ignorância. Em suas palavras:

[...] o que queremos dizer é que a filosofia da história solidária ao conceito de ilustração concebe a trajetória dos homens, quase naturalmente como uma espécie de aperfeiçoamento, e, embora este progresso nem sempre seja contínuo e linear, o que se pode de antemão esperar é que ela resulte, ao final do processo, num recuo da ignorância e da servidão e num avanço do conhecimento e da liberdade. (SOUZA, 2001, p. 23).

Rousseau conecta-se com o período iluminista, ao afirmar que o conhecimento deriva do aprendizado das lições do jovem, que aprende melhor pelos exemplos e não pelos discursos, como elucida no Emílio: “[...] colocai todas as lições dos jovens em ação e não em discurso; nada aprendam pelos livros daquilo que a experiência possa ensinar-lhes.” (ROUSSEAU, 2004, p. 350). Apresentar o conhecimento ao jovem era uma forma de estimulá-lo, para que desenvolvesse sua razão, com o intuito de unir o ideal e o real, onde a natureza humana se evidenciaria nas relações sociais. “No estado que já encontram as coisas, um homem abandonado a si mesmo, desde o nascimento, entre os demais, seria o mais desfigurado de todos.” (ROUSSEAU, 1992, p. 10). Aqui, Rousseau procura representar o ser humano dotado de racionalidade, ainda que cada pessoa tenha um tempo de desenvolvimento destas capacidades e do desenvolvimento da inteligência crítica, a sociedade elege o discurso e não as ações humanas, porém o ser humano precisa ser pensado na esfera social.

Segundo Rousseau, as instituições sociais são organizações que prejudicam este mesmo ser humano, no sentido em que abafariam nele a sua natureza. “Os homens não são feitos para serem amontoados em formigueiros, mas para se espalharem pela terra que devem cultivar. Quanto mais se reúnem, mais se corrompem.” (ROUSSEAU, 2004, p. 43). A partir do momento em que o homem precisa sair de sua natureza para se tornar um cidadão, ele vivencia novas realidades que modificam o seu comportamento, e por essa razão, há a tendência a corromper-se.

Rousseau defende que essas dificuldades se multiplicam entre os homens, e para saná-las, é preciso saber viver em grupo, solidarizando-se e aperfeiçoando o progresso do saber humano. Quem ilustra esse raciocínio é Souza, (2001, p. 35) ao salientar que os homens, “tornando-se mais instruídos, tornem-se ao mesmo tempo mais virtuosos e felizes.”

Nesse sentido, a vida humana vai se moldando, à medida que as necessidades vão se modificando e o homem busca a virtude. Sublinha Rousseau: “com a vida começam as necessidades.” (ROUSSEAU, 2004, p. 38). Então, sua vivência convencionalizada com estado de natureza, precisa ser modificada também, pois, a conservação humana aparece no pensamento rousseauiano como uma preocupação central. O autor externa seu posicionamento na seguinte passagem: “nossos primeiros deveres são para com nós mesmos; nossos sentimentos primitivos concentram-se em nós mesmos; todos os nossos movimentos naturais relacionam-se primeiramente com nossa conservação e nosso bem estar.” (ROUSSEAU, 2004, p. 103).

Com isso, delinea o processo da conservação humana em primeiro lugar para, em seguida, dar o próximo passo que é o desenvolvimento social e cultural, bem como, o avanço do progresso das luzes e do conhecimento.

Segundo Rousseau, (2004, p. 08), ‘moldam -se as plantas pela cultura e os homens pela educação.’ Assumindo essa postura iluminista, o genebrino desenvolve um projeto de educação natural, quando a criança precisa ser educada como criança e não como um adulto em miniatura, segundo retrata no *Emílio*. Sendo assim, reporta-se à natureza onde situa os primeiros deveres e, portanto, onde se aprendem os primeiros exemplos: a natureza torna-o apto a ser mais sensível, mais esclarecido, preparando-o melhor para conviver socialmente com as pessoas.

Salienta Rousseau, no *Emílio*:

Nascemos sensíveis e, desde o nascimento, somos afetados de diversas maneiras pelos objetos que nos cercam. Assim que adquirimos por assim dizer, a consciência de nossas sensações estamos dispostos a procurar ou a evitar os objetos que as produzem, em primeiro lugar conforme elas sejam agradáveis ou desagradáveis, depois, conforme a conveniência ou inconveniência que encontramos entre nós e esses objetos, e, enfim conforme os juízos que fazemos sobre a idéia de felicidade ou de perfeição que a razão nos dá. (ROUSSEAU, 2004, p. 10).

O autor se mostra iluminista, ao crer que não é possível desenvolver um projeto pedagógico sem construir um longo percurso de desenvolvimento da razão; defendendo, no entanto, a razão como uma base normativa que tem por finalidade educar para tornar o homem racional, começando pela educação da criança. Neste contexto, a educação deve estar baseada no exemplo e não no discurso, que principia pela educação do corpo em confronto com a natureza, e, pela educação dos sentidos para posteriormente desenvolver a criança para a moral. Rousseau se posiciona da seguinte maneira: ‘as crianças até mesmo no estado de natureza, gozam de uma liberdade imperfeita.’ (ROUSSEAU, 2004, p. 82).

Não havendo a possibilidade de começar a educação da criança pela racionalidade, Rousseau vai além em seus escritos ao referir-se à idéia defendida sobre a liberdade, afirmando que o sujeito acaba dependente dela para viver socialmente, e por isso a sociedade passa a ser definida como uma idéia de que precisa ser igualitária e justa. Diante desse contexto, cabe o questionamento que segue: O que o período iluminista traz consigo para definir a questão essencial da contradição humana entre a liberdade e a justiça?

Questões como essa, emergem da reflexão que se faz sobre a educação, o conhecimento e as conquistas históricas de ambos. “Renunciar à liberdade é renunciar a qualidade de homem.” (ROUSSEAU, 1991, p. 27). O pensador iluminista mostra-se preocupado com a vida em comum, no sentido de que o indivíduo não perca sua liberdade, mas que consiga permanecer virtuoso e moralmente correto, com cada membro da sociedade.

A condição humana precisa ser igual para todos, para que haja crescimento intelectual. “Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana”. (ROUSSEAU, 2004, p. 15). Esse aspecto antecipa a discussão que se fará no terceiro capítulo, onde se retratará com mais afinco a condição humana no desenvolvimento educacional e moral.

1.2 A idéia da religião no período iluminista e o desenvolvimento da razão

Rousseau também se insere no movimento iluminista ao eleger Deus como a causa primeira, escolhendo a consciência humana como inseparável de suas causas, e com isso faz emergir certo conflito que evolui para uma concepção divina. Nesse sentido, é na restituição da autonomia humana, que se reconhece a capacidade de pensar e de procurar a verdade para encontrar-se consigo mesmo, com sua natureza e com Deus.

A discussão sobre o papel da religião caracteriza o período iluminista, pois;

O enciclopedismo francês declara guerra aberta a religião, à sua validade, à sua pretensa verdade. Censura-lhe não só ter freado desde sempre o progresso intelectual, mas, além disso, ter se revelado incapaz de fundar uma verdadeira moral e uma ordem política e social justa. (CASSIRER, 1997, p. 189-190).

Nesse sentido, o iluminismo traz à tona propósitos intelectuais, rejeitando a religião, mas criando a fé na razão, ou seja, encarando um novo processo que é protagonizado pela razão. Aplica-se nesse período um juízo crítico acerca da verdade da fé, postulando-se a descrença e a validade de tais concepções.

Com esse conflito formado, envolvendo a fé e a descrença, o homem coloca-se diante de um “sentimento que por toda a parte o domina, é um sentimento profundamente

criador, uma confiança absoluta de edificação e renovação do mundo.” (CASSIRER, 1997, p. 192).

Com esse desconforto, o que se esperava da religião era a renovação do mundo. O que fica evidente é que a razão não compactua com tais idéias, pois, a ela interessa desenvolver o conhecimento, reconhecendo o ponto positivo e o negativo; tanto da fé quanto da descrença no desenrolar histórico da religião. Nesse período, as tendências iluministas tomam partido por intermédio de pensamentos bem elaborados, que visam atingir um fim ideal e perfeito. Tal perfeição se daria através do amadurecimento da razão e da consciência dos indivíduos, através do método de educação humana.

Baseado no emprego dos conceitos de razão e consciência, Rousseau os coloca como pilares fundamentais para o desenvolvimento intelectual do ser humano, em que projeta um homem que seja capaz de construir sua identidade e reconhecer-se nela. “O fundamento da imitação entre nós vem do desejo de sempre sair fora de si mesmo.” (ROUSSEAU, 2004, p. 115). Essa comparação do sair fora de si mesmo, fundamenta a constituição da identidade humana, quando o homem, neste processo de sair fora de si, se encontre e amadureça sua razão.

E, quando consegue sair fora de si, para construir sua identidade, saiba enfrentar os embates do meio social, pois, esse mesmo homem que desfruta da sociabilidade, deve viver de tal maneira que não corrompa os demais. “Rousseau quis enunciar uma filosofia, formular um discurso contínuo sobre o homem, suas origens, sua história e suas instituições [...]” (STAROBINSKI, 1991, p. 279).

Pelo desenvolvimento da razão, o conhecimento humano não se atém a um resultado adquirido e específico, mas, passa sempre de uma finalidade a outra. “O verdadeiro conhecimento dos fatos é inseparável de suas causas e seus efeitos.” (SOUZA, 2001, p. 49). É nessa sucessão de mudanças, que o ser humano demonstra o que pode ser, e o que é. É preciso, porém, deixar o mundo seguir o seu percurso natural. Esse é o ponto fundamental para que o homem, seguindo a sua natureza, esteja mais preparado para viver socialmente e ser feliz. Essas são algumas idéias que permearam o século XVIII conferindo certa importância para o desenvolvimento da consciência.

A consciência se desenvolve através dos sentimentos de amor e de ódio, o que sustenta noções de bondade e maldade na formação moral do indivíduo. Rousseau clarifica essa idéia na seguinte passagem:

[...] erguem-se as primeiras vozes da consciência, e como nascem as primeiras noções do bem e do mal dos sentimentos de amor e de ódio; mostraria que justiça e bondade não são apenas palavras abstratas, meros seres morais formados pelo entendimento, mas verdadeiras afecções da alma iluminadas pela razão, que não mais que um progresso ordenado de nossas afecções primitivas, que pela mera razão, independente da consciência... É fundamentada numa necessidade natural ao coração humano. (ROUSSEAU, 2004, p. 324).

O ser humano precisa ser compreendido à luz de sua natureza, que é humana, dentro da unidade social, da qual ele é parte integrante. É assim que Rousseau defende a integração entre a pessoa humana e o Estado, ao afirmar que é necessário ensinar as pessoas para serem cidadãs. “É preciso estudar a sociedade pelos homens, e os homens pela sociedade, quem quiser tratar separadamente nada entenderá [...]” (ROUSSEAU, 2004, p. 325).

Reconstruindo o pensamento de Salinas Fortes (1993), não se pode falar no iluminismo sem aludir à física de Newton, pois sua contribuição reside na formação do espírito moderno que se debate entre o racionalismo e a fase experimental, relatando fatos reais em linguagem matemática. O Iluminismo herda de Bacon a investigação direta dos fenômenos na tentativa de livrar-se dos erros, e, de Descartes, o movimento da evidência intelectual, onde o limite do conhecimento estava expresso na dúvida humana.

Sendo assim, o iluminismo francês constituía uma série de doutrinas em que os pensadores partilhavam do mesmo espírito: a liberdade de pensar, e o poder da observação e da hipótese residiam na determinação de qualquer sentença, tanto para a crença como para a descrença.

O século XVIII também foi marcado pela tendência a empiria² e a analítica³, quando, Locke procurou explicar idéias complexas pelas idéias simples e ambas a partir dos fatos observáveis, e pela influência do pensamento de Spinoza que marcou o naturalismo, com a idéia de que os seres humanos são movidos pelo desejo, e por ele o esforço para a sua preservação.

O homem é regido pelas leis do universo e, portanto, Deus se identifica com a natureza. Perante essa identificação a teologia adquire papel relevante no Iluminismo, ao

² Doutrina que admite quanto à origem do conhecimento, que este provenha unicamente da experiência, seja negando a existência de princípios racionais, seja negando que tais princípios, existentes embora estes possam levar ao conhecimento verdadeiro, independente da experiência. (DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO, Séc. XXI, 1999). A cuidadosa exposição de Rousseau, descritas no Emílio, das condições empíricas dão origem a emoções tais como a inveja, a malevolência, e o ódio nas relações humanas. (DENT, 1996, p.180).

procurar uma base melhor para a natureza humana. É no *Discurso sobre as ciências e as artes*, também chamado de *Primeiro Discurso*, que a religião aparece determinando o que Rousseau relata como uma inspiração divina, ou uma iluminação que se define na fé cristã.

Quanto mais o cristão examina a autenticidade de seus títulos, mais se tranqüiliza na posse de sua crença; quanto mais estuda a revelação, mais se fortalece na fé. É nas divinas escrituras que descobre sua origem e sua excelência; é nas doudas obras dos padres da igreja que segue, de século em século, seu desenvolvimento; é nos livros da moral e nos anais santos que encontra seus exemplos e tira a sua aplicação. (ROUSSEAU, 1999, p. 69).

Pode-se depreender, no entanto, que a religiosidade do genebrino é responsável pelo clima místico que circundou sua escrita em seus dois discursos, na tentativa de esclarecer os princípios da religião revelada: “[...] com o pretexto de esclarecer os princípios da religião, aniquila-se-lhe o espírito ao substituir a humildade cristã pelo orgulho científico.” (ROUSSEAU, 1999, p. 69).

Rousseau atribui certa importância à teologia, quando escreve seu pensamento político em seu *Segundo Discurso*, denominado como *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Nesta obra, alguns elementos aproximavam-se da narrativa bíblica, pois, estabeleciam relações com o paraíso e com a decadência. Estabelecendo essa relação, de certa forma ligavam-se ao paraíso, pensando no estado de natureza, e a queda seria a passagem do homem para o estado civil. Mas, porque Rousseau escolhe o discurso teológico? Sobremaneira contraria o pensamento teológico de sua época, tentando revolucioná-lo, como compreendia, interessando-se em examinar o homem e suas opiniões que são elaboradas a partir da educação e dos hábitos. Seu objetivo consiste em apontar que o progresso ocorre por meio das necessidades humanas e que sucede à violência, evidenciando o bom julgamento do estado natural do homem.

O século XVIII não rompe totalmente a relação entre a idéia divina e as idéias de verdade, moral e direito, mas modifica seu sentido, submetendo-as a certos domínios operados pela razão, que os homens passaram a usá-la na tentativa de entender a sociedade e o seu meio. A razão era considerada pela filosofia como indispensável para estudar os fenômenos naturais e sociais. “A ciência se expande e a fé se extingue. Todo o mundo quer

³ Corrente de pensamento que refere-se à análise matemática. (DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO, Séc. XXI, 1999).

ensinar à bem proceder, e ninguém quer aprendê-lo; tornamo-nos todos doutores e deixamos de ser cristãos.” (ROUSSEAU, 1999, p. 74).

Alguns iluministas⁴ acreditavam que Deus estava presente na natureza, ou seja, no próprio homem, e poderiam conhecê-lo através da razão. Para encontrar-se com Deus, bastaria viver bem, quer dizer, levar uma vida virtuosa e, sendo assim, a igreja se tornaria dispensável. Mas, a organização do mundo e sua finalidade só são explicadas, segundo Voltaire, (Apud ROUSSEAU, 1999), pela existência de um criador inteligente. Esse Deus existe para manter a ordem social e a ordem do mundo.

A filosofia iluminista, grosso modo, tinha um interesse especial nessa idéia de religiosidade, que buscava explicitar a organização do mundo. No entanto, Rousseau defendia a religião natural e, sobreposta a ela, a organização do mundo pelo contrato, quer dizer, que a transformação do indivíduo se constrói em sociedade através do contrato entre as pessoas e não mais pela divindade.

Com isso, no *Contrato Social*, Rousseau traz abertamente a diferença do legislador, no que tange às tarefas de redigir as leis do direito, do poder do voto, em condições de legislar, ou bem legislar. Tal aspecto antecipa, sucintamente, a discussão que se fará no terceiro capítulo, onde a função do legislador é a de trabalhar no sentido de inserir o homem na república. O homem se torna republicano pelo processo do amadurecimento moral e pelo progresso da razão. Partindo desse ponto de vista, a elaboração de leis deve obedecer a uma inspiração única, que promova o espírito social. Estabelecer esse espírito social implica em alterar a natureza em curso, e cabe ao legislador essa intervenção diante da sociedade, de modo que se faz necessário:

[...] mudar a natureza humana, transformar cada indivíduo, que por si mesmo é um todo perfeito e solitário, em parte de um todo maior, do qual de certo modo esse indivíduo recebe sua vida e seu ser; alterar a constituição do homem para fortificá-la; substituir a existência física e independente que todos nós recebemos da natureza, por uma existência parcial e moral. (ROUSSEAU, 1999, p. 45-46).

A questão da liberdade humana assume novas dimensões de maturidade e respeito das significações dos indivíduos enquanto seres sociais, e essas novas dimensões

⁴ Os adeptos da religião deísta reconheciam a existência de uma esfera sobrenatural e, especialmente, a existência de um Deus pessoal e criador do universo, conceito ao qual se chega racionalmente, a partir da observação e da harmonia de cada um. (DISPONÍVEL em: <http://br.geocities.com/fcpedro/iluminis.html>).

assumidas passam a ser também o corpo político do Estado onde, os seres humanos são participantes do mesmo.

A finalidade dessa reflexão pauta-se na tentativa de resgate da única base legítima, que segundo Rousseau, se dá pelo contrato, de uma sociedade que deseja viver de acordo com os pressupostos básicos de liberdade humana e igualdade de direito. Tais pressupostos sofrem a influência direta do amadurecimento da razão e da consciência, que se molda na sociedade.

Tratando do conceito de liberdade em Rousseau, é importante diferenciá-lo, pois em seu pensamento aparece nitidamente dois sentidos: um, como natural, que indica os limites das forças do indivíduo; outro, como moral e político, que é constituído pela vontade geral. Então, nesse sentido, a liberdade é o que torna o indivíduo senhor de si. O tornar-se senhor de si mesmo emerge da obediência à lei, a qual prescreve uma liberdade enquanto autonomia de cada um.

O homem livre pode buscar aquilo que deseja, mas precisa preocupar-se com a opressão e com os vícios que dissimulam seu caráter. É o processo educacional que deve fortalecê-lo. Segundo Rousseau, “tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação.” (ROUSSEAU, 1992, p. 10).

Isso significa dizer que, tanto os processos educacionais como as relações sociais partem do princípio básico das relações com os outros, ou melhor, da relação do adulto com a criança. Assim, é dito por Rousseau: “Existem, porém, tantas contradições entre os direitos da natureza e nossas leis sociais que, para conciliá-los, é preciso deformar ou tergiversar sem cessar, é preciso usar de muita arte para impedir o homem social de ser artificial.” (ROUSSEAU, 2004, p. 454). Ao falar no homem como pertencente à espécie humana, em seu sentido normativo, é preciso pensar na reeducação dos desejos perante o meio para que o homem não se perca na fantasia e não se deixe dominar pelos desejos, enfim que não se corrompa.

1.3 A concepção de Educação Natural e suas implicações

Rousseau relaciona a importância da educação natural com o cuidado de instruir o Emílio direcionando-o para a socialização, pois, “a educação natural deve tornar um homem próprio para todas as condições humanas.” (ROUSSEAU, 2004, p. 32). Ele

interpreta a educação natural visando uma sociedade equilibrada. É aqui que seu pensamento direciona-se para a criança, que precisa ser tratada como criança e colocada no lugar de criança. É nessa perspectiva que a obra o *Emílio ou da Educação* sintetiza, de certa forma, as tradições pedagógicas que contribuíram para o iluminismo rousseauiano.

Dalbosco sintetiza o projeto educacional de Rousseau da seguinte forma:

A teoria da educação é dividida em duas grandes etapas, a educação da infância e a educação da adolescência e juventude, designando, ao mesmo tempo, o âmbito objectual que deve servir de referencia para cada uma dessas fases: a primeira relaciona-se com as coisas, ao passo que a juventude, incluindo nela o jovem adolescente, como Rousseau faz questão de frisar repetidas vezes, trata prioritariamente da relação entre pessoas e, de modo especial, de suas questões morais. (DALBOSCO, 2005, p. 80).

Sendo assim, é preciso contextualizar que a educação natural abrange o longo período da infância, compreendendo o nascimento da criança até a idade de doze anos. É, segundo Rousseau, somente a partir dos doze anos que o indivíduo começa a entender, ou a abrir os olhos para a razão. Depois dessa fase, a infância é ultrapassada pela adolescência e juventude, e, nesse período desabrocha a moral, pois, pela socialização intensa o ser humano passa a confrontar-se diretamente com problemas morais. Rousseau considera a primeira etapa da educação natural, aquela que se ocupa com a infância, como puramente negativa: “A primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro.” (ROUSSEAU, 2004, p.97). Entende-se, assim, que a educação é a base para o amadurecimento moral.

Na ótica de Dalbosco, “ao defender a tese de que a moralidade nasce com a nossa sociabilidade, Rousseau está dizendo em outras palavras que não temos alternativa senão tratar nossos problemas e dilemas morais a partir da relação que estabelecemos com nossos semelhantes.” (2005, p. 80). Nesse viés, acentua-se a educação que vem da natureza, justamente porque é nesse desenvolvimento que se dá a própria experiência sobre as relações dos homens com as coisas, e que tem sua finalidade no homem mesmo, principiando ainda na infância.

Formando um modelo de associações habituais, que irão pautar toda a vida do ser humano, essa busca efetiva do conhecimento e do conjunto das mudanças que se necessita para caracterizar o homem social, é assim definida:

Essa educação vem da natureza, dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. (ROUSSEAU, 1992, p. 11).

A educação natural fundamenta-se também na vida social, e tem por intuito encontrar uma natureza⁵ capaz de completar-se autenticamente para a liberdade e a felicidade de seus membros, e, portanto, pela educação que recebemos das coisas e das relações humanas. Como afirma Rousseau, “é fazendo o bem que nos tornamos bons; não conheço outra prática mais segura.” (ROUSSEAU, 2004, p. 348).

A filosofia iluminista trata também dos problemas sociais e políticos manifestados nas questões educacionais, pois é concomitantemente, o resultado do processo formativo da sociedade, e com ela, implicitamente, o desenvolvimento do indivíduo, tanto na esfera pública como na esfera privada. Rousseau sugere um princípio de unificação humana, que se concretiza pelo processo educacional, no qual seu aluno Emílio aperfeiçoaria sua conduta pelas relações estabelecidas. Essa sustentação é representada nas palavras de Gadotti: “o sentido não está propriamente no conhecimento, mas nas relações significativas.” (GADOTTI, 2004, p. 404). No entanto, é necessário entender como era a pedagogia na época de Rousseau, e como ele se posicionou frente ao progresso humano no período das luzes.

Rousseau representa, grosso modo, uma reação de inimizade com o progresso e escreve em seu primeiro discurso, o *Discurso sobre a ciência e as artes*, que é contra o progresso. Para ele, o progresso das ciências e das artes torna o homem vicioso e mau, o que corrompe sua natureza íntima. O filósofo questiona o uso que se fez da ciência e da desigualdade propriamente ditas. “Se as ciências raramente atingem seu objetivo, sempre haverá mais tempo perdido do que bem empregado.” (ROUSSEAU, 1999, p. 93). Com isso postula que o progresso e as ciências causariam mal aos homens. E esse mal, uma vez causado, estaria fazendo com que os homens se tornassem desiguais.

Retrata tal posicionamento da seguinte maneira:

⁵ O objetivo de explicar essa natureza é no sentido de entendê-la como a fonte do bem.

A primeira fonte do mal é a desigualdade: da desigualdade saíram as riquezas, uma vez que as palavras rico e pobre são relativas e em todas as partes em que os homens forem iguais, não haverá ricos nem pobres. Das riquezas nasceram o luxo e a ociosidade; do luxo nasceram as belas artes e da ociosidade, as ciências. (ROUSSEAU, 1999, p.75)

Se o ser humano não estiver disposto a conhecer sua condição de natureza, ou seja, aceitar o que a mesma lhe oferece, a ciência por si mesma não conseguirá a paz e a harmonia; é necessária uma condição interna para que o progresso se desenvolva.

Por essa razão é que se considera a educação natural como precursora de um projeto que prima por tornar o ser humano racional. Nesse contexto, a educação sofre as influências da família e também dos grupos sociais, começando pela educação do corpo em confronto com a natureza e também da educação dos sentidos para desenvolver na criança a moral.

Rousseau se posiciona frente a isso ao enfatizar que “à infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas. (maneiras do adulto).” (ROUSSEAU, 2004, p 91). Nesse caso, Rousseau confere a devida importância para que se respeite o tempo da criança, em que se estaria amadurecendo sua razão numa ordem natural, o que possibilita sua inserção na sociedade, quando essa atingir a fase da juventude.

E, uma vez entrando para a sociedade, o jovem precisa ter formado seu caráter e desenvolvido sua moral para uma aprendizagem envolvente, ou seja, ter a capacidade de tomar consciência de seus atos. Quem ilustra esse pensamento é Gadotti: “É por meio da consciência que o ser humano entra em relação direta com outros seres. Encaixando-se plenamente no sistema geral das coisas, sendo capaz de reconhecer a si mesmo e conhecer os outros.” (GADOTTI, 2004, p. 495).

Para conhecer-se a si mesmo e aos outros o ser humano precisa relacionar os dois conceitos: razão e consciência o que auxilia na relação com os outros em sociedade. Ao passar a viver socialmente, o ser humano individual é ampliado, suas responsabilidades, alargadas. Dalbosco assim define a razão: “Precisamos da razão para efetuar o julgamento de nossos sentimentos morais, uma vez que ela é a sede do conhecimento que nos auxilia a distinguir entre o bem e o mal.” (DALBOSCO, 2007a, p.11).

Diante dessa reflexão, manifesta-se a imbricação postulada por Rousseau entre razão e consciência, concebendo-a como núcleo de seu projeto de educação natural. Atribui, assim, valor normativo à natureza, que, do ponto de vista pedagógico, “permite ao

aluno, (ao ser humano), alcançar a virtude através do respeito autêntico, canalizado para uma relação mediante certas coisas e mediante as relações sociais.” (NOGARO e POKOJESKI, 2004, p. 116). Relacionar razão e consciência tem por intuito demonstrar que sem confrontá-los, a voz interna da consciência não adquire conteúdo moral, o que por sua vez se apresenta, na própria condição humana, no seu sentido mais profundo, tendo como variante o que se denomina razão e consciência. Tal aspecto antecipa a reflexão que se desenvolverá no próximo capítulo quando serão retomados os conceitos pertinentes à explanação dos sentimentos específicos do ser humano, o amor de si mesmo e o amor próprio. Nesse caso, tomando a consciência como referência, num sentido mais amplo, pois, é a voz interna da consciência que define o que é bom ou ruim, para as relações.

Só a razão nos ensina a conhecer o bem e o mal. A consciência que nos faz amar a um e odiar ao outro, embora independente da razão, não pode, pois, desenvolver-se sem ela. Antes da idade da razão, fazemos o bem e o mal sem sabê-lo, e não há moralidade em nossas ações, embora as vezes ela exista no sentimento das ações de outrem que se relacionam conosco. (ROUSSEAU, 2004, p. 56).

Parafraseando Dalbosco (2008), para exemplificar o nexos entre natureza e consciência, Rousseau toma esses conceitos como referência a sua crítica ao iluminismo. O que permite as ações partirem da consciência são os atos, não como uma operação lógica, mas como sentimentos que estão dentro do ser humano, e possibilitam ao mesmo tempo apreciar o que vem de fora. É neste paradigma que “à razão objetiva-se no pensamento de Rousseau através da tensão entre o ouvir a voz da consciência e seguir os ditames da razão. (DALBOSCO, 2008, p. 09). Ser racional, nesse sentido, significa levar em consideração os sentimentos, ponderando-os ajuizadamente sobre as coisas e as ações humanas.

Pode-se afirmar, então, que no entendimento de Rousseau, a consciência se revela naquele que é dotado de razão. O homem só tem consciência daquilo que conhece. Os conceitos de razão e consciência, embora não muito claros no pensamento dele, evidenciam um panorama da educação natural proposta por ele no *Emílio*. “Respeitai a infância e não vos apresseis em julgá-la, quer para o bem, quer para o mal.” (ROUSSEAU, 2004, p. 119). Parte do núcleo do projeto da educação natural para retratar que esse respeito é fundamental para o desenvolvimento humano. Prossegue, “deixai a natureza agir antes de agir no seu lugar [...]” (ROUSSEAU, 2004, p. 119). O estado de natureza

aparece na explanação dos conceitos de felicidade, direito natural e do bom selvagem nasce a idéia da natureza como professora do homem. A natureza é tida como professora, pois na visão do genebrino, a criança aprenderia melhor por si mesma.

Foi pelas luzes da razão e do progresso que se definiram as características fundamentais do período iluminista. Para Rousseau, a idéia de progresso é medida pela sua crítica: “Se a cultura das ciências é nociva às qualidades guerreiras, ainda o é mais às qualidades morais. É logo nos primeiros anos que uma educação insensata nos orna o espírito e nos corrompe o juízo.” (ROUSSEAU, 1999, p. 33).

Para ele a história dos homens é uma história de decadência, já que, o progresso das ciências e das artes nada acrescenta a felicidade, mas contribui para corromper os costumes. “Não é a ciência que maltrato, é a virtude que defendo perante homens virtuosos.” (ROUSSEAU, 1999, p. 09). Aparece como pano de fundo, que as ciências sendo nocivas ao desenvolvimento da razão, corromperiam a natureza das pessoas, dificultando a ampliação das faculdades, contribuindo para que se tornem cada vez piores. Pode-se inferir, ainda, que nem todas as pessoas têm acesso ao progresso e as que têm, somente fazem uso para se diferenciarem das demais. É por isso que a sociedade deve ser concebida em conformidade com a realidade humana.

No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, o pensador iluminista diversifica seu posicionamento para fundamentar uma reforma moral, política e social, numa tentativa de resgatar o natural no homem antes de ser corrompido pela sociedade.

Com essa crítica da desigualdade recusa-se a ordem social, relacionando-a a uma desordem. Insiste ainda nas obrigações dos chefes e soberanos, para com o povo, ao sublinhar a importância de contribuir para uma sociedade mais igualitária. A desigualdade é que deturpa a ordem, criando então, os preconceitos. Esboça essa idéia a passagem seguinte, pois, é,

[...] da extrema desigualdade das condições da fortuna, da diversidade das paixões e dos talentos, das artes inúteis, das artes perniciosas, das ciências frívolas, sairiam multidões de preconceitos, igualmente contrários a razão, a felicidade e a virtude; ver-se-ia fomentado pelos chefes tudo quanto, desunindo-os pudesse enfraquecer os homens reunidos, tudo o que pudesse dar a sociedade um ar de concórdia aparente e semear-lhe um germe de divisão real [...]. (ROUSSEAU, 1999, p. 239)

Com a passagem do homem do seu estado de natureza para o estado social, surge a individualidade, decorrente das desigualdades sociais, morais, políticas e educacionais, termos que talvez, para Rousseau detenham significado similar. Infere-se assim que cada indivíduo tem desejos artificiais, que se acentuam na sociedade, através das relações estabelecidas.

Para ilustrar esses desejos, Rousseau declara que se

[...] produz no homem uma mudança notável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça e dando as suas ações a moralidade que lhes faltava antes. Ainda que ele se prive neste estado de várias vantagens que desfrutava no de natureza, recebe em troca outras tão grandes; suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas idéias se estendem, seus sentimentos se enobrecem, sua alma inteira se eleva a tal ponto que, se os abusos desta nova condição não o degradassem freqüentemente, pondo-o abaixo daquela que saiu, ele deveria bendizer sem cessar o instante feliz que dela o arrancou para sempre e que, de um animal estúpido e limitado, fez um ser inteligente e um homem. (ROUSSEAU, 1991, p. 129).

É nesse sentido que Rousseau supõe um homem natural, onde os possíveis progressos adotam o dualismo que se retrata quando é tentado pelas paixões e detido pela consciência. Só então a moral começa a se manifestar pela tomada de consciência que foi amadurecida pelo processo racional.

1.4 A manifestação da moral para a formação do caráter

A moral manifesta-se através da consciência dando-se pelo sentimento dos bons costumes e pela obediência às regras. Ela se forma nada mais nada menos do que através da educação. Por isso, a natureza precisa seguir seu percurso. “[...] em vez de educar um homem para si mesmo, queremos educá-lo para os outros”. (ROUSSEAU, 2004, p. 11). É preciso que a concepção de natureza seja compreendida como princípio ordenador, ou seja, como um hábito que vai se delineando e se esclarecendo. Pois, “a educação certamente não é senão um hábito.” (ROUSSEAU, 2004, p. 10). Partindo dessa sensibilidade e do entendimento humano é que se pode descobrir e esclarecer a própria forma por si mesma, quer dizer, a fonte do conhecimento como princípio da verdade.

Rousseau coloca como pano de fundo a concepção de natureza que se acentua sempre para o desenvolvimento da experiência, pelo processo da tomada de consciência na relação com as coisas, consigo mesmo e com os outros. Dalbosco destaca que,

O conceito de natureza possui um significado normativo e, principalmente, a primeira infância, sua normatividade reside num duplo aspecto: primeiro enquanto natureza externa, representada pela flora e fauna e pela própria sociedade. Nela repousa o princípio pedagógico de que a formação integral do Emílio depende de seu contato com a natureza. Segundo de sua natureza interna, na qual repousam suas disposições naturais e de onde parte todo o impulso de sua socialização, e da capacidade ou incapacidade de conviver com os demais. Essa é uma razão que leva Rousseau conceber o conceito de natureza como caminho a ser seguido pela educação natural. (DALBOSCO, 2007b, p. 25).

Então, é pela educação natural voltada à primeira infância, pelas necessidades e pelos cuidados que o adulto disponibiliza às crianças, é que o ser humano começa a desenvolver a razão e a capacidade de compreensão, e, portanto, a consciência. Como afirma Rousseau, “A consciência é a voz da alma, as paixões são a voz do corpo.” (ROUSSEAU, 2004, p. 405). Configura-se em Rousseau uma dualidade de sentimentos, que abarcam a consciência, a saber, o amor-de-si e o amor-próprio, que serão desenvolvidos no próximo capítulo.

A moral e a filosofia de Rousseau podem ser vistas na *Nova Heloísa*, cujo romance epistolar, cheio de sentimentos de amor à natureza, considera o método educacional de progresso como algo que desperta o sentimento antes da razão, o conhecimento imaginário antes das coisas reais. No dizer de Cassirer, “o *Emílio* e a *Nova Heloísa* apontam caminho para a reforma do indivíduo nas esferas da moralidade pessoal, das relações familiares e da educação [...]”. (CASSIRER, 1999, p. 23). O mesmo autor afirma que as duas obras “sublinham o tipo de sociedade na qual o homem bom pode viver apropriadamente.” (Idem).

Rousseau foi censurado por defender a religião natural, aquela que o ser humano encontra/traz no coração e rejeitar a religião revelada. Essa postura distancia-se de qualquer ordem teológica, visto que separa a teologia pelo método racional que explica a natureza humana, formulando a razão como detentora das paixões, privilegiando o esclarecimento racional e não mais as opiniões religiosas como determinantes para fundamentar o espírito do povo.

Empenhei-me em expor a origem e o progresso da desigualdade, o estabelecimento e o abuso das sociedades políticas na medida em que as coisas podem ser deduzidas da natureza do homem pelas simples luzes da razão e independente dos dogmas sagrados que conferem a autoridade soberana a sanção do direito divino. Conclui-se desta exposição que a desigualdade, sendo quase nula no estado de natureza, extrai sua força e seu crescimento do desenvolvimento de nossas faculdades e dos progressos do espírito humano [...]. (ROUSSEAU, 1999, p. 243).

Já no *Contrato Social*, o pensador genebrino apresenta um estudo sobre a teoria política do estado social, como legítimo e não corruptor do homem. Com tal pacto, não pretendeu conciliar todos os interesses egoístas, mas atingir a compreensão nos debates de um povo reunido em uma vontade geral⁶. Nesse sentido, o homem natural vivia livre, tendo como marca da sua existência a liberdade, o que lhe permitia uma vida sem imposições de outros homens, já que não vivia em função do outro, senão consigo mesmo. Nasce indefeso, em um mundo que ainda não compreende, dependendo dele para todas suas necessidades, ou seja, para sua sobrevivência. O homem, no estado natural, não vivia com seu semelhante, preocupava-se somente com o momento presente, deixando de lado as preocupações trabalhistas, da vida cotidiana permeada pelo mundo da produção, à medida que o ser humano se socializa nasce à corrupção.

Anuncia-se, assim, a hipótese da relação dos homens vivendo em seu estado natural sadios, felizes, projetados para o bem comum, enquanto cuidavam da própria sobrevivência. Rousseau se mostra preocupado com a vida em comum, pois, pensa num homem que, não perdendo sua liberdade, consiga permanecer virtuoso e moralmente correto. Mas chegou uma determinada época que uns passaram a trabalhar para os outros, criando-se assim, as desigualdades entre os homens, uma vez que tal expediente gerou as diferenças sociais.

Pode-se fazer referência a Hobbes, com o vínculo entre a teoria da natureza e a teoria do Estado. Ambas com diferentes aplicações para uma mesma idéia que fundamentam o conhecimento humano. Não compreende aquilo que se observa em Rousseau, que vê a sociedade como uma prisão, pois antes mesmo de existir o estado civil, existia o estado de natureza onde todos eram iguais. Rousseau recusa essas duas

⁶ A noção de vontade geral desempenha um papel central na explicação de Rousseau da origem da lei justa e eficaz do Estado "ideal" descrito no *Contrato Social*. Ela contém a chave para se entender como podem ser legitimados o poder e a autoridade civil. Essa noção é complexa e sua interpretação é motivo de muita controvérsia. (DENT, 1996, p. 216).

concepções do estado de natureza⁷. Para ele “o homem natural não é nem sociável e dotado de razão, nem impelido por um egoísmo ativo”. (ROUSSEAU, 1989, p. 09).

Nesse contexto, Rousseau concebe que o homem natural não tem as características do homem social e nada no estado natural diz que ele deve deixar o estado de natureza, pois, esse estado de felicidade e de equilíbrio, é o bastante ao homem natural.

Antes que a arte houvesse moldado nossas maneiras e ensinado nossas paixões a falar uma linguagem rebuscada, nossos costumes eram rústicos, mas naturais; e a diferença dos procedimentos anunciava, ao primeiro lance de olhos, a dos caracteres. No fundo a natureza humana não era melhor, mas os homens encontravam segurança na facilidade de penetrar-se reciprocamente, e tal vantagem, cujo valor já não percebemos, poupava-lhes muitos vícios. (ROUSSEAU, 1999, p. 13).

Uma importante categoria do homem em estado de natureza, segundo Rousseau, é o que ele chama de perfeição, que é a capacidade de se aperfeiçoar aprendendo coisas novas, mas não se transformaria, se as circunstâncias não mudassem. Se o homem é capaz de imitar os animais, mostra sua capacidade de tornar-se melhor⁸. A imitação, embora limitada, pode ser vista em muitos animais. É por essa razão que Rousseau explica a sutil diferença entre o animal e o humano. Diz ele: “Quando penso num homem tal como ele deve ter sido ao sair das mãos da natureza, vejo um animal menos forte que alguns dos animais, menos ágil que outros, mas, tomando-o em conjunto, melhor organizado que qualquer um deles.” (ROUSSEAU 2004, p. 244). O homem é um animal de sentimentos e sensibilidade, que precisa de cuidados específicos até que seu corpo ganhe robustez e seus sentidos sejam refinados. “Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos e precisamos de juízo.” (ROUSSEAU, 2004, p. 09).

Assim como o corpo, o espírito tem as suas necessidades, fato este que justifica a necessidade de educação que vem expressa em determinados comportamentos, em que

⁷ Hobbes atribuiu ao estado de natureza características como sociabilidade, razão, paixão, discordando, portanto Rousseau ao chamar de estado de natureza o mesmo estado social, pois, o homem natural não possui as características do homem social. (WEFFOR, 1999).

⁸ Essa é uma circunstância externa ao homem, pois, busca o aprendizado através de observações. Sua preocupação era a de mostrar que uma vida plenamente humana, requer o desenvolvimento de todas as faculdades, o pleno exercício da memória, a imaginação, o raciocínio, e que, pela observação, pode ser realizada em sociedade. (DENT, 1996, p. 181).

decorre a capacidade de ensinar e aprender. Essa perfectibilidade⁹ a qual Rousseau se refere é, no entanto, também a causa da desventura e da infelicidade do homem, se não existissem necessidades hostis, avidez, opressão, desejos e orgulho, também não aconteceriam às mudanças contrárias a harmonia da vida humana.

Como foi retratado anteriormente, na visão de Rousseau, o homem natural não tem as características do homem social. Nesse sentido, Rousseau buscou demonstrar o direito natural equivalente para o estado de natureza puro. Esse estado de natureza é delineado pelo genebrino como um pacto para corrigir as leis externas e internas que garantam a liberdade civil de todos os membros de uma sociedade, sustentando a idéia de que o pacto sirva para garantir a soberania de todos. “O mesmo homem que deve permanecer estúpido nas florestas deve tornar-se razoável e sensato nas cidades, se permanecer como mero espectador.” (ROUSSEAU, 2004, p. 356). É importante ressaltar como Rousseau pensa o processo que torna o homem sociável e que muda a sua natureza.

Para Rousseau, o direito natural é substituído pelo contrato, através do direito político, onde o homem se torna um ser moral, como ele mesmo defende no Contrato Social. A moralidade está implícita na liberdade. Com isso, os homens passaram a se unir para superar os obstáculos naturais que até então não existiam. Retrata o genebrino, “os homens chegando àquele ponto em que os obstáculos prejudicariam a sua conservação no estado de natureza, sobrepõem, pela resistência, as forças que cada um dispõe para manter-se nesse estado.” (ROUSSEAU, 1991, 31). Com isso, Rousseau entende que há uma diferença entre o homem natural, e o social, que se observada em seus escritos, em que o gênero humano precisa mudar seu modo de vida para sua convivência com os demais. Partindo dessa exposição, o filósofo genebrino busca estabelecer bases que elucidam como um homem deve ter elementos para fazer tudo o que for necessário à sua vida e isso deve ocorrer dentro de parâmetros de comportamento na sociedade, onde o progresso natural do ser humano é a dignidade.

No *Emílio* Rousseau oferece um método de educação capaz de projetar o homem como cidadão social, que saberá viver bem e discernir as dificuldades que possivelmente

⁹ A perfectibilidade aparece como um traço característico do ser humano, sendo um traço constitutivo de sua natureza, o que significa dizer que mesmo em sua condição natural “os seres humanos” possuem duas faculdades que distinguem definitivamente dos animais. Uma delas é a Liberdade e a outra a “faculdade de aperfeiçoamento pessoal” a que ele chama de perfectibilidade.” (DENT, 1996, p.180). Rousseau atribui à perfectibilidade a capacidade humana de adaptar-se ou desenvolver habilidades para aumentar os conhecimentos e aplicá-los de modo variados, “o homem pode mudar o seu meio, portanto, a perfectibilidade pode ser a fonte tanto das virtudes quanto dos vícios. A perfectibilidade pode abrir caminho para o vício e para o erro; mas sem ela tampouco pode haver virtude ou sabedoria” (Idem, 1996, p. 181).

ocorrerão durante a sua vida em sociedade, pela formação do homem republicano. Ele escreve o seguinte:

A confiança que deve ter em seu preceptor é de outra espécie; ela deve dizer respeito à autoridade da razão, à superioridade das luzes, às vantagens que o rapaz está em condições de perceber e cuja utilidade para ele sente. [...] ele (o jovem para se tornar homem), deve saber que para seu próprio interesse, convém-lhe escutar suas opiniões. (ROUSSEAU, 2004, p. 343).

Ao mesmo tempo em que Rousseau remete aos princípios e aos planos históricos, idealiza uma sociedade bem ordenada, nas diferentes formas de sociabilizar o indivíduo perante as suas relações. Considera que o homem natural contempla a liberdade, a perfeição e o sentimento de boa vontade para com os seus semelhantes, quando a sociabilidade humana permite sua condição natural, para a transformação de seu estado de natureza. “Demais o homem feito já tem a sua condição, seu emprego, seu domicílio; mas quem pode estar certo do que a sorte reserva à criança?” (ROUSSEAU, 1992, p. 156). Esta simbologia rousseauiana expõe que, se for necessário mudar os conceitos, a mudança de atitudes será uma forma de aperfeiçoar o desenvolvimento natural da criança, pois, “os gostos mais naturais devem ser também os mais simples.” (ROUSSEAU, 2004, p. 191).

Tal passagem legitima o que Rousseau chama a atenção para a educação dos momentos básicos como a alimentação e o desenvolvimento do corpo de uma criança. Que não deve ser entendido como recompensa, mas como um cuidado tolerado. O genebrino alerta que não se usam mais alimentos com as propriedades e nutrientes naturais, mas se cria uma sofisticação cultural que determina em que e como estes alimentos podem ser úteis ao homem, devido a importância de não corromper o gosto natural da alimentação das crianças em sua fase de crescimento. “Existem dois tipos de dependência: a das coisas que é da natureza, e a dos homens, que é da sociedade. (ROUSSEAU, 2004, p. 82). Essa dupla dependência é retratada por Rousseau como uma energia para o crescimento humano que seja capaz de bastar-se a si mesmo. Esse procedimento é visto por ele como base fundamental para não tornar as crianças indiferentes, dizendo em seguida; “conservai as crianças unicamente na dependência das coisas e tereis seguido a ordem da natureza no progresso de sua educação.” (ROUSSEAU, 2004, p. 83).

Com essa intenção, a justificação dos efeitos do método que Rousseau propõe, consiste em mostrar como as coisas surgem da maneira que o limite das relações se ligam,

voltando a lançar os fundamentos da liberdade e da igualdade. É preciso considerar a natureza e o conhecimento em si, para demonstrar, em suas relativas condições, o entendimento da humanidade. Como ele afirmou:

Antes que os preconceitos e as instituições humanas tenham alterado nossas inclinações naturais, a felicidade das crianças e dos homens consiste no uso de sua liberdade. Mas, nos primeiros, esta liberdade é limitada pela fraqueza. Quem faz o que quer é feliz quando basta-se a si mesmo: é o caso do homem que vive no estado de natureza. Quem faz o que quer não é feliz quando suas necessidades ultrapassam suas forças: é o caso das crianças no mesmo estado. As crianças, até mesmo no estado de natureza só gozam de uma liberdade imperfeita, semelhante aquela que gozam os homens no estado civil. (ROUSSEAU, 2004, p. 82).

Partindo da observação relacionada à liberdade e à igualdade, ambas fundamentam-se no ato de experimentar o importante papel do julgar, para buscar a construção hipotética da história da humanidade. Assim, a condição humana precisa ser igual para todos. O emprego desses conceitos depende, segundo Rousseau, do próprio emprego que se faz em suas vivências, sendo demonstrado através de argumentos racionais, posto em uma participação produtiva na sociedade comportamental, visando interesses por objetivos comuns, pois, “nenhuma sociedade pode existir sem trocas, nenhuma troca sem medida comum, nenhuma medida comum sem igualdade. Assim toda sociedade tem como primeira lei alguma igualdade convencional, seja dos homens, seja das coisas.” (ROUSSEAU, 1992, p. 206).

O resultado do exercício da sociabilidade, da cidadania e do respeito mútuo são vínculos que servirão de embasamento para o mais importante tratado educacional, que é a relação que o cidadão estabelece pelas suas ações. Este é o interesse particular da educação, no período do iluminismo rousseauiano, que se consolidou na forma como foi representada pelo conhecimento humano, quando a filosofia do iluminismo legitimou a nova ordem burguesa, pensando em considerar a atitude do progresso científico, cultural e humano. Partindo dessa contextualização, os homens começariam a guiar suas relações com a natureza, refletidas na sua rotina social.

Os sentimentos que se refletem nas ações humanas em sociedade partem da fraqueza humana, que pode ser percebida na infância, como conclui Rousseau:

O primeiro sentimento de uma criança é de se amar a si mesma;(amor de si) o segundo, que deriva do primeiro, é de amar aos que dela se aproximam,(amor próprio), pois, no estado de fraqueza em que se encontra, ela não conhece ninguém a não ser pela assistência e os cuidados que recebe. A princípio o apego que tem a sua ama e a sua governante não passa de hábito. Procura-as porque precisa delas e que se acha bem com as ter; é mais compreensão do que amizade. Precisa de muito tempo para entender que, não somente elas lhe são úteis, como ainda o querem ser; e é então que começa a amá-las. (ROUSSEAU, 1992, p. 236).

A tendência natural de se apegar a alguém pela forma como essa pessoa a trata, é a afetividade, não mais instintivamente, quando se começa a perceber por parte de outras pessoas mais do que cuidados físicos, pois a criança começa a desenvolver sentimentos e relacionamentos pessoais.

É partindo desse desenvolvimento que o homem tende a uma inclinação para estudar história, filosofia ou religião, entrando para uma sociedade educada, ou seja, poderá entender o que significa ser cidadão, desenvolver potencialidades de conhecimento e participar da organização social com dignidade e sabedoria. Segundo Dalbosco isso fica evidente, pois há,

[...] o confronto entre o natural e o social. Rousseau o concebe não a partir do recurso a uma entidade estranha à razão e nem mesmo como algo que ocorre fora da sociedade. Tal oposição é resultado do processo de socialização humana e o que ele entende tanto por natureza como por estado de natureza é, em última instância, a capacidade racional humana de buscar a identidade consigo mesmo a partir do confronto com os demais. (DALBOSCO, 2005, p. 98).

Para finalizar essa reflexão onde a filosofia das luzes cultua o desenvolvimento da razão e do bem viver socialmente, é necessário observar que o desenvolvimento educacional parte da pedagogia rousseauiana e se baseia na natureza livre e perfeita. No entanto, o problema que o *Emílio* aborda na contextualização iluminista, vem associado à verdadeira felicidade e à moral que se institui no processo de socialização do indivíduo.

Tal socialização acontece pelo amadurecimento da razão e pela tomada de consciência. Como afirma Dalbosco;

Mas pode Rousseau ser considerado um defensor entusiasta da razão? Rousseau é sim um defensor da razão, mas de um conceito amplo de razão no qual a sua “teoria do duplo significado do sentimento humano” ocupa um lugar especial. À tal teoria se vincula a tese central de seu iluminismo, a saber, de que ouvir a voz da natureza significa ouvir a voz da consciência. (DALBOSCO, 2008, p. 14).

Diante da contextualização iluminista, Rousseau concebe o *Emílio* como obra pedagógica que coloca particularmente a educação como propulsora para o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança, dentro de seus próprios interesses, ou seja, “à natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens.” (ROUSSEAU, 2004, p. 91). E com isso delinea o processo formativo da razão, via de regra, pelo respeito ao desenvolvimento humano, que vai amadurecendo pelo despertar da consciência à medida que o ser humano vai crescendo. É esse crescimento ou maturação que possibilitará que o ser humano ouça sua voz interna, como sendo sua guia.

2 NATUREZA ANTROPOLÓGICA DO SER HUMANO: AMOR-DE-SI-MESMO E AMOR-PRÓPRIO

2.1 Reflexões acerca do amor de si mesmo e do amor próprio

Para reconstruir o pensamento de Rousseau, que envolve o crescimento intelectual do ser humano, conforme foi retratado anteriormente, com o progresso da razão humana, é preciso fazer uma exposição dos dois principais sentimentos constitutivos do ser humano, o amor de si mesmo e o amor próprio. Desse modo, faz-se necessário esclarecer esses conceitos, partindo-se das seguintes questões: qual é o papel que esses dois sentimentos específicos exercem na constituição do caráter e da moral do ser humano? Que significado assume a tese rousseauiana de justificação do projeto de educação natural? Por que é importante levar em consideração, na educação da criança, a idéia de que o ser humano é constituído pelo amor de si mesmo e pelo amor próprio?

Diante de tais questionamentos e antes de penetrar diretamente na leitura rousseauiana, há que se tecer uma breve exposição do pensamento de Dalbosco (2005), e Salinas Fortes (1997), a esse respeito. Tais autores analisam de forma sistemática e crítica a pedagogia de Rousseau, dialogando com o *Emílio*, obra que traz princípios educacionais e que leva em consideração a educação da criança para formar um adulto capaz de conhecer-se, e conhecendo-se, seja capaz de entender os seus sentimentos: o amor de si mesmo e o amor próprio. Esses dois sentimentos, imbricados na consciência humana, implicam na formação do seu caráter. Tal reconstrução tem como o objetivo buscar auxílio para o debate que se desenvolverá a partir das questões que foram elencadas.

Nesse sentido, Dalbosco (2008b), elenca os dois conceitos como pilares da socialização humana, que estão em constante busca pela virtude através da educação. Ora, se assim nasce a idéia de que o ser humano se constitui pelo amor de si mesmo e pelo amor próprio, esta é uma questão central a ser analisada ao longo desse trabalho. Segundo Dalbosco, é possível interpretar o conceito de educação natural sob três diferentes aspectos no contexto iluminista do século XVIII: o primeiro que fornece a imagem de um Rousseau otimista quanto aos rumos da civilização humana; o segundo com a visão de um Rousseau primitivista, onde repousa a idéia de que o amor próprio, enquanto um sentimento egoísta, nega o amor de si mesmo, considerado como sentimento de benevolência. E, a terceira

alternativa defendida apresenta um Rousseau como um dialético da razão. No entanto, a concepção simplista e caricaturada do Iluminismo, e do pensamento rousseauiano que defendem a crença exagerada no potencial emancipador da razão e da ciência dela decorrente, dá margem a críticas, onde os próprios textos de Rousseau em sua ambigüidade desautorizam concebê-lo como um entusiasta da razão.

Considerando que o indivíduo adquire a capacidade de sair fora de si mesmo pelo processo das luzes do conhecimento, ele é capaz de confrontar-se com o amor de si mesmo, e com isso estará desenvolvendo a capacidade para transformar um sentimento egoísta num sentimento de defesa da humanidade. “Superando essa dimensão egoísta o sentimento do amor próprio desenvolve a capacidade de incluir o outro em sua ação.” (DALBOSCO, 2005, p. 86). Neste sentido, o amor próprio ganha características positivas, pois supera o egoísmo transformando esse sentimento num sentimento de inclusão ou de bondade natural.

Salinas Fortes se posiciona afirmando que o homem natural está integrado na natureza agindo segundo determinados princípios e que a origem do mal “é a passagem para a vida em sociedade” (SALINAS FORTES, 1997, p. 38). A passagem do homem natural para o social caracteriza-se pela produção simultânea de dois processos: “ao mesmo tempo em que se gera a desigualdade e a conseqüente perversão do coração humano com o seu cortejo de vícios, cria-se igualmente a possibilidade de seu disfarce.” (Idem, p. 40). Assim, não é apenas a ordem social um espetáculo enganoso, a origem do mal, mas, também o homem em suas ações. Essa origem da maldade figura como uma comparação, que é possível fazer pelo viés da fantasia da realidade, no sentido de que são as circunstâncias que os desenvolvem. Diz o autor: “ao mesmo tempo em que (o homem), separa-se da natureza, ele aproxima-se ao outro e entra em relação constante com ele.” (Idem, p.43).

O ser humano aproximando-se do outro, entra em contradição consigo mesmo e, nesse processo, é capaz de conhecer os seus sentimentos do amor de si mesmo e do amor próprio. O amor de si mesmo conduz o indivíduo para a própria subsistência, de uma paixão natural, que faz o homem sensibilizar-se com seus semelhantes. O amor próprio, é o resultado da iluminação da consciência com vistas para a moral. Parafraseando Salinas Fortes (1997), o homem é movido pelo amor de si mesmo, e com esse sentimento está sempre buscando o que é necessário para a sua autoconservação, instintamente ele busca o que o favorece, fugindo daquilo que o prejudica.

Segundo Salinas Fortes, (1997), há dois princípios anteriores à razão, um que zela

pelo bem estar e pela conservação (amor de si), e outro que inspira uma repugnância natural de ver o outro sofrer (amor próprio). Porém, todas as paixões são derivadas do amor de si mesmo, pois é o que determina a conduta do homem para o bem e para o mal. Esses princípios darão sustentação ao funcionamento da ordem social, favorecendo propícias condições para o aperfeiçoamento da capacidade intelectual humana.

O processo de socialização do homem é assim esboçado por Salinas Fortes:

Com o processo de socialização, as paixões intensificadas, detonando a perfectibilidade, conduzirão a novas luzes, as quais, por sua vez retroagem sobre as paixões atribuindo-lhes novas qualificações e novas direções, que, novamente darão impulso ao aperfeiçoamento das faculdades intelectuais.[...], o processo de aperfeiçoamento (intelectual) poderá se fazer em um ritmo mais ou menos propício. (SALINAS FORTES, 1997, p. 63/64).

Com o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais do ser humano, pensado por Rousseau na esfera social, prossegue a reflexão com a absorção de algumas passagens do IV livro do *Emílio*, pois, é nele que Rousseau pensa o processo formativo de seu aluno, é, portanto, onde se dá a formação do caráter humano. É nesse momento de seu desenvolvimento que o Emílio, seu aluno fictício, entra em confronto, de modo mais amadurecido, com os sentimentos do amor de si mesmo e do amor próprio.

A primeira referência que o *Emílio* traz é ao amor de si mesmo, como a primeira paixão que nasce juntamente com a pessoa e que sendo natural não possui nenhuma modificação. Afirma Rousseau: “A fonte de nossas paixões, a origem e o princípio de todas as outras, a única que nasce com o homem e nunca o abandona, é o amor de si; paixão inata, anterior a todas as outras e de que todas as outras não passam, em certo sentido de modificações”. (ROUSSEAU, 2004, p. 288).

Essa paixão inata, representada por Rousseau como o amor de si mesmo, é o que o diferencia do amor próprio. Tem-se aqui a primeira diferença dos dois sentimentos que envolvem a consciência humana, mas, ambos, o amor de si mesmo e o amor próprio, precisam ser entendidos mutuamente para que haja o amadurecimento racional. Brota daqui a idéia do equilíbrio que o homem precisa para conviver socialmente.

É justamente a diferença entre esses dois sentimentos que será reconstituído o ponto chave para a formação do caráter humano. Essa reflexão que abarca aspectos da construção moral e dos sentimentos das pessoas, é visto por Rousseau como os primeiros movimentos

da natureza, onde não há perversidade moral, assim definido,

A única paixão natural ao homem é o amor de si mesmo, ou o amor próprio tomado em sentido amplo. Esse amor próprio, em si ou relativamente a nós, é bom e útil, e, como não tem relação necessária com outrem, é a esse respeito naturalmente indiferente. Só se torna bom ou mau pela aplicação que se faz dele e pelas relações que se dão a ele. (ROUSSEAU, 2004, p.95).

O conceito de amor próprio, tomado em sentido amplo, significa dizer que a moral, embora ainda não formada, é utilizada para a relação das coisas e não na relação para a competitividade¹⁰. Os seres humanos competem uns com os outros e, é partindo de tal competição que surge o conflito entre o amor de si mesmo e o amor próprio. Conforme Rousseau “ [...] tão logo o amor próprio se desenvolve, o eu relativo entra em jogo constantemente e nunca o jovem observa os outros sem se voltar para si mesmo e comparar-se com eles.” (ROUSSEAU, 2004, p. 337).

É pela relação do amor de si mesmo, em confronto com o amor próprio que a moral precisa ser preparada para o uso e a construção do caráter do ser humano. É nessa perspectiva que o amor de si mesmo é medido pelo sentimento que se desenvolve na relação com os outros, e, que tem seu início ainda na infância. No processo de conhecer ou entender o amor de si mesmo, o homem amadurece e começa a entender o amor próprio. “Estendamos o amor próprio aos outros seres (humanos), e não existe coração de homem em que essa virtude não tenha raiz.” (ROUSSEAU, 2004, p. 352). Segundo Rousseau, o caráter se forma na infância, quando começa o discernimento da criança, onde há a identificação do amor de si mesmo, e onde o amor próprio ainda não se tornou uma competição. Rousseau trabalha no sentido de educar as crianças pelas coisas, passando à educação pelos sentidos. “Sempre as crianças assumirão o melhor papel; é a escolha do amor-próprio, uma escolha muito natural.” (ROUSSEAU, 2004, p.133). Ele se baseia no fato de que o amor de si mesmo associa-se ao estado natural e, ao amor próprio cabe o estado social. Nesse caso parece confirmar a sua tese de que o ser humano é bom por natureza e passa a ser corrompido pela sociedade.

Ressalta Rousseau: “O amor próprio, a primeira e mais natural de todas as paixões, ainda mal se excitou. Sem perturbar o descanso de ninguém, viveu contente, feliz e livre tanto quanto a natureza permitiu.” (ROUSSEAU, 2004, p.283). A virtude se relaciona com

a própria natureza, porém as virtudes sociais precisam conhecer as luzes do espírito, ou seja, saber se o aluno já está preparado para recebê-las e para confrontar-se com os outros seres humanos respeitando também seus sentimentos. Nesse sentido, o “outro” é alguém de sentimentos próprios que precisam ser respeitados e não invejados.

Segue dizendo o autor: “o homem não foi feito para permanecer sempre na infância. Dela sai no tempo indicado pela natureza, e esse momento de crise, embora muito curto, tem longas influências.” (ROUSSEAU, 2004, p.286). Como o ser humano vai evoluindo e graças a sua capacidade de raciocinar, não permanece sempre na infância. A evolução humana se dá pelo processo de maturação da razão que faz o ser humano tomar consciência de suas ações e de seus sentimentos.

Isso significa que pelo amadurecimento da razão o homem passa por modificações do corpo e da consciência, o que é tratado como o desenvolvimento da força e dos sentidos. É por isso, que Rousseau principia a educação da criança pelas coisas. O amadurecimento da consciência só tem sentido quando o processo cognitivo já foi desenvolvido, ou seja, quando a criança já estiver em condições de conhecer-se a si mesmo por meio de seus sentimentos. A criança desenvolve seus sentimentos inclinando-se naturalmente pelas necessidades ou pela sua dependência. Rousseau ilustra essa idéia com a seguinte passagem,

A criança inclina-se naturalmente, tomando o hábito de um sentimento favorável à sua espécie, e à medida que ampliam suas relações, suas necessidades, suas dependências ativas ou passivas, o sentimento de suas relações com o outro desperta e produz o dos deveres e da preferências. (ROUSSEAU, 2004, p.289).

A citação acima possibilita afirmar que Rousseau pensa no desenvolvimento do corpo da criança ou do que lhe dá robustez, na primeira infância, para posteriormente pensar na elevação dos sentidos, ou seja, no amadurecimento cognitivo e moral que vai se aprimorando conforme o ser humano vai crescendo e desenvolvendo suas capacidades. O que, por sua vez, desperta, preferências e deveres perante os cuidados que recebe.

Diante dessas reflexões, tornam-se cabíveis os seguintes questionamentos: qual é a relação entre a força e os sentidos para o desenvolvimento da moral? Em que sentido a força e o sentido precisam ser mobilizados para o desenvolvimento do ser humano e de seu

¹⁰ Esse conceito expressa a idéia da disputa natural entre membros de um grupo social.

caráter?

Questões como essas emergem do exercício reflexivo que se faz nesse IV livro do *Emílio*, que retrata os sentimentos específicos: o amor de si mesmo e o amor próprio. A análise do homem enquanto um ser político que se educa na compreensão e no entendimento de aspectos sociais, estrutura-se pelas suas ações. O que o fortalece para os embates do meio do qual ele faz parte e no qual ele precisa ser inserido, respeitando seus sentimentos e os sentimentos de outrem.

Sendo assim, o Emílio é uma miscelânea desses dois sentimentos, que só se edificam nas relações com os outros.

O amor de si, que só a nós mesmos considera, fica contente quando nossas verdadeiras necessidades são satisfeitas, mas o amor próprio, que se compara, nunca está contente nem poderia estar, pois, esse sentimento, preferindo-nos aos outros, também exige que os outros prefiram-nos a eles, o que é impossível. Eis como as paixões doces e afetuosas nascem do amor de si, e como as paixões odiantas e irracíveis nascem do amor próprio. (ROUSSEAU, 2004, p. 289).

Nessa passagem fica evidente que o amor de si mesmo é um sentimento natural de bondade e que “não possui ainda conteúdo moral” (Dalbosco, 2005, p. 87). Por não possuir conteúdo moral ele é considerado válido somente quando confrontado com a capacidade racional, que se encontra no amor próprio, como um produto da socialização humana. O amor de si mesmo é o sentimento que deixa feliz o homem quando satisfaz suas necessidades, e como desconhece a comparação, alegra-se.

No que se refere ao amor próprio, esse aparece como um sentimento que é construído pela socialização e tem sua base na idéia da comparação ou da competitividade. Ele é assim retratado por Salinas Fortes: “o amor próprio é produzido pela sociedade.” (1997, p. 65). Segue o autor dizendo que “o amor próprio se origina das comparações que o homem primitivo isolado e confinado, não está em condições de fazer.” (Idem).

Analisando os dois sentimentos, é evidente que as necessidades artificiais levam o homem a se comparar com os outros, o que em certo sentido, prejudica a sua virtude. O que torna o ser humano um ser bom, é a limitação dessas necessidades e, portanto, escassa comparação com os demais. Ao contrário aquele que tem muitas necessidades, esse torna-se mau, pois, dá muita atenção as opiniões dos outros, não sendo capaz de se garantir em suas opiniões. Decorre disso a importância de evitar que o Emílio crie necessidades

supérfluas.

Diante dessa exposição cabe a análise de como esses dois sentimentos fazem parte do desenvolvimento humano, que se evidencia no processo de julgar se a si mesmo e aos demais. Rousseau vai além neste sentido, ao esclarecer, “com certeza, se os julgar bem, não quererá estar no lugar de nenhum deles, pois, a meta de todos os tormentos que causam a si mesmos, estando fundamentados em preconceitos que ele não tem, parece lhe construída no ar.” (ROUSSEAU, 2004, p.339). Consiste, nesse caso, o autoconhecimento, o homem precisa se autoconhecer para que seja capaz de controlar seus sentimentos. O que não se mostra como uma tarefa fácil, pois é pela tomada de consciência que o ser humano se conhece e é através dela que conhece os outros, adquirindo a capacidade de discernir sobre os sentimentos de amor e de ódio.

Diante disso é possível entender que a educação precisa começar ainda na infância. O que, de certa forma, contribui para o aprimoramento da racionalidade quando adulta. Enquanto o corpo vai ganhando força, os sentidos vão adquirindo gradativamente consistência, o que dará sustentação para a moral e a virtude. No processo de socialização do indivíduo com as partes, mesmo que isso se caracterize na comparação com os demais, o homem vai amadurecendo, à medida que toma consciência de suas atitudes.

Esse processo de socializar o ser humano é defendido por Rousseau, na afirmação de Starobinski:

Refletir e comparar. Ora, o amor próprio consiste em comparar-se a outrem. Aquém da reflexão, há o amor de si, pelo qual nossa existência se afirma inocentemente: o amor de si leva em conta apenas o eu, e ignora a diferença do outro, em consequência, não pode opor-se ativamente a outrem. Mas, desde que o próximo aparece no campo de nosso julgamento, somos presa do amor próprio, comparamo-nos e o mal se torna possível. (STAROBISNKI, 1991, p. 215).

Sendo assim, o sentimento natural é o amor de si, o qual está voltado para a conservação do homem. O outro, o amor próprio, é aquele que mais tarde nasce no coração humano, como o resultado de sua socialização, quando começa a comparação com outros. Dito pelo genebrino, “esse espírito de paz é um feito de sua educação, que não tendo fomentado seu amor próprio e uma alta opinião sobre si mesmo, evitou que ele buscasse seus prazeres na dominação e na infelicidade de outrem.” (ROUSSEAU, 2004, p. 350). Quanto mais o ser humano se socializa, menos natural é, e portanto, mais desenvolve o

amor próprio. Esse sentimento do amor próprio precisa ser compreendido para que não se torne mau, mas que seja uma ferramenta da razão, que seja capaz de encontrar a virtude sem ingenuidade.

Entende-se que o conceito de amor de si, enquanto norma, é o que forma a dignidade e a consciência solidária no homem, enquanto o amor próprio, é o que se pode chamar de fantasia da realidade. Fica evidente que o mundo da artificialidade e da mentira é o que forma o caráter egoísta, ou seja, pelo processo social, onde há a comparação, no qual o amor próprio toma o rumo da maldade e do egoísmo.

Assim, é pelas transformações da natureza e pela constituição dos limites das forças, que a constituição do caráter do ser humano precisa ser formado. Ora, se o caráter é formado pelas atitudes perante os demais, a sociedade é o meio e, no entanto, é ela que mediatiza os sentimentos de solidariedade e de competitividade ou comparação entre os indivíduos.

Porém, não se pode deixar de lado a tese rousseauiana de que o homem se socializa pela sua fraqueza e, assim, pela necessidade do outro. No entanto esse precisar do outro é o que constitui a sua fraqueza¹¹.

A fraqueza do homem torna-o sociável e nossas misérias comuns levam nossos corações á humanidade; nada lhe deveríamos se não fossemos homens. Todo o apego é sinal de insuficiência; se cada um de nós não tivesse nenhuma necessidade dos outros, não pensaria em unir-se a eles. (ROUSSEAU, 2004, p. 301).

O ser humano apega-se aos outros pelos sentimentos de prazer e de sofrimento, pontos fracos da sua personalidade, que foi pensado por Rousseau, ainda no século XVIII, uma vez que, “à imagem da felicidade é lhe agradável, e poder contribuir par a produzi-la é mais um meio de compartilhá-la.” (ROUSSEAU, 2004, p. 350). É da natureza humana aproximar-se dos outros pelas suas necessidades, ou dito de outra forma, pelos seus interesses. Assim, o ser humano move-se à compaixão dos outros, com o intuito de aproximar-se deles.

Nesse sentido, aproximar-se de outrem implica na mediação da piedade e do sentimento da inveja. Rousseau esboça essa idéia ao enunciar,

¹¹ A fraqueza nesse sentido não é a submissão, mas o amor próprio que é regido pelo sentimento de compaixão.

A piedade é doce, porque ao nos colocarmos no lugar de quem sofre sentimos, no entanto o prazer de não sofrer com ele. A inveja é amarga, na medida em que o aspecto de um homem feliz, longe de colocar o invejoso no seu lugar, dá-lhe a tristeza de não estar nele. Parece que um nos tira os males de que sofre e o outro nos subtrai os bens de que goza. (ROUSSEAU, 2004, p. 302).

Posicionando-se, assim, frente ao sentimento de piedade como uma paixão natural que é capaz de comover-se diante do sofrimento de outrem. Como esse é um dos aspectos que constitui o fundamento de que o homem é essencialmente bom por natureza, e de que a sociedade é a causa de sua perversão. Dalbosco, assim define a piedade: “a piedade só é válida moralmente quando confrontada com a capacidade racional contida no amor próprio, isto é, com sua maldade e seu egoísmo, mas também com sua capacidade de sair fora de si mesmo.” (DALBOSCO, 2005, p. 87).

Nesse sentido, a piedade desempenha um papel fundamental na tensão entre os dois sentimentos, adquirindo um aspecto que é central à perspectiva da socialização humana que parte do projeto de educação natural de Rousseau. A piedade “é o primeiro sentimento relativo que toca o coração humano segundo a ordem da natureza.” (SALINAS FORTES, 1997, p. 57).

O processo de socialização, que se dá através do reconhecimento pessoal, passando ao reconhecimento do outro, precisa ser pensado na esfera do amor de si mesmo em confronto com o amor próprio. É pelo confronto que se adquire o sentimento da consciência moral pelo sentimento da piedade, a qual brota pelo processo da reflexão, que possibilita ao homem julgar a justiça ou a vingança. A piedade é, no entanto, “a capacidade de identificar-se com o outro.” (SALINAS FORTES, 1997, p.60).

É possível que o amor próprio dificulte a construção da identidade humana, via de regra, porque faz uma previsão fantasiosa de sua vivência, porque passa a não ser autêntica. Sempre que se fala em sentimentos, fala-se em construir a índole do ser humano. Neste caso, como afirma Rousseau, esse percurso acontece via educação. Então, como esses conceitos formalizam um projeto de educação natural? Por que o conceito de amor próprio é indispensável à constituição do homem?

Rousseau compreendia que o comportamento humano era competitivo, pois, representa esse modo quando afirma que o mesmo se compara com os outros. Analisando a sociedade de sua época, identificou esse sentimento de comparação. Esse sentimento de comparar-se é entendido por Rousseau como “o amor próprio também sofre ao nos fazer sentir que o tal homem não tem nenhuma necessidade de nós.” (ROUSSEAU, 2004, p.

302). Ou seja, o amor próprio é tido como o desejo de ser mais que o outro. Esse amor próprio como desejo de comparação, de ser mais que o outro, é o desejo de ser valorizado pelo outro pelo mesmo merecimento que se atribui e, sabendo que não pode ser satisfeito, não tolera o amor próprio dos outros.

Apresenta-se como pano de fundo, o desejo da comparação e da valorização, como regra à consciência. Como o próprio Rousseau coloca na seguinte passagem: ‘Dizem que a consciência é obra dos preconceitos; no entanto, sei por minha experiência que ela se obstina em seguir a ordem da natureza contra todas as leis dos homens.’ (ROUSSEAU, 2004, p. 373). Para o pensador, a consciência é o juízo bem elaborado que fazemos sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, mas que cada um descobre em si mesmo, através do amor-próprio, quando espalha seus desejos egoístas no silêncio de suas paixões.

O primeiro de todos os cuidados é o de si mesmo; no entanto, quantas vezes a voz interior diz-nos que ao fazer o que é bom para nós a custa dos outros, fazemos o mal! Acreditamos seguir o impulso da natureza e resistimos a ela; ao escutar o que ela nos diz aos nossos sentidos, desprezamos o que ela diz aos nossos corações; o ser ativo obedece, o passivo manda. A consciência é a voz da alma, as paixões são a voz do corpo. (ROUSSEAU, 2004, p. 405).

Na citação acima transparece um aspecto central rousseauiano. É através da consciência que o homem é capaz de escutar a voz da natureza. É assim definido pelas palavras de Dalbosco: ‘ouvir a voz da consciência, nada mais significa do que a exigência de confrontá-la com a capacidade racional de julgamento e, visto pelo lado da razão, as ações humanas também precisam ser constantemente confrontadas à voz do coração¹².’ (DALBOSCO, 2007^a, p. 148).

Diante da posição dos autores Dalbosco e Salinas Fortes, pode-se concluir que o pensamento de Rousseau expressa, de forma singular, a capacidade que o ser humano tem para aprender e desenvolver a reflexão, percebendo e tratando da melhor forma as tensões e conflitos da vida humana social.

Desenvolver a capacidade de julgar é ter ampliada a capacidade da reflexão, ou seja, a capacidade de ouvir a voz da natureza pelo processo da razão e da emoção. O homem não é dotado somente de razão, mas de um misto de razão e emoção, por isso que

¹² Essa menção a voz do coração pode ser entendida como a voz da emoção. Ela manifesta-se ao mesmo tempo em que o ser humano vai crescendo e desenvolvendo sua capacidade racional, ou seja, quando ele é capaz de conhecer seus sentimentos. Por essa razão, a capacidade racional anda lado a lado com a emoção.

as ações precisam estar em sintonia com a voz do coração. Parafraseando Dalbosco, (2007a), o processo de socialização humana, ocorre mediante o confronto do amor de si mesmo e do amor próprio, pois é pelo confronto que o princípio da justiça e da virtude adquirem conteúdo moral, sempre mediado pela consciência. É por isso que a consciência passa a ter um papel fundamental no desenvolvimento moral do ser humano. Rousseau acredita na sua natureza e, por isso, a melhor obediência é a sua consciência. É preciso conhecer a consciência para caminhar para a virtude, pois, segundo ele (2004, p.405), “a consciência nunca engana, ela é o verdadeiro guia do homem, estando na alma assim como o instinto está para o corpo”.

Rousseau parte da idéia de que o único fundamento da moral do ser humano está contido na identificação do amor de si mesmo e do amor próprio, sentimentos característicos que se originam na consciência e que são constituintes do progresso e de conhecimento humano. “Estendamos o amor próprio aos outros seres (humanos); transformá-lo-emos em virtude, e não existe coração de homem em que essa virtude não tenha raiz.” (ROUSSEAU, 2004, p. 352). Conhecer-se a si mesmo e a tese fundamental do genebrino.

Aqui está o início de uma perturbação das relações humanas, a qual só servirá de base para uma sociedade onde os seres humanos visem o bem comum e a felicidade de seus membros. Porém, para que haja esse amadurecimento a pessoa precisa ser educada desde a mais tenra idade.

Enquanto o ser humano vai crescendo seus hábitos e suas sensibilidades vão gradativamente se desenvolvendo e isso faz com que o ser humano vá adquirindo consciência daquilo que o prejudica ou o beneficia. “Enquanto o corpo cresce, os espíritos destinados a dar bálsamo ao sangue e força as fibras formam-se e elaboram-se.” (ROUSSEAU, 2004, p. 319). A elaboração do espírito humano pode ser entendida como a elevação da personalidade, que ocorre mediante o processo da educação que é construída ainda na infância e, de certa forma, moldará o caráter quando adulto.

Tomando consciência de que precisa dos outros, o amor de si mesmo precisa ser orientado para que não se torne egoísta. É nesse sentido que Rousseau questiona: “a consciência não existe para amar o bem, a razão para conhecê-lo, a liberdade para escolhê-lo?” (ROUSSEAU, 2004, p. 417). A que Rousseau denomina como crescer naturalmente, onde as forças se formam conferindo maturação à consciência, o que evidencia a valorização dos juízos bem formados. Esse tomar consciência, ou crescer na racionalidade é dito por Rousseau da seguinte forma: “No começo nosso aluno tinha sensações, e agora

tem idéias; ele apenas sentia, agora julga.” (ROUSSEAU, 2004, p. 275). Então, da comparação de diversas sensações sucessivas ou simultâneas, do juízo que delas se faz, nasce uma espécie de sensação mista ou complexa que se chama idéia.

2.2 A consciência humana e o desenvolvimento das idéias

Afirmou-se anteriormente que é pela consciência que o homem é capaz de escutar a voz da natureza e, portanto, desenvolver e amadurecer suas idéias. Esse processo começa ainda na infância e perpassa todas as fases do desenvolvimento humano. O amadurecimento das idéias dá-se ao mesmo tempo em que uma criança vai crescendo e adquirindo a sabedoria, pois, os sentimentos naturais evidenciam o que se sente antes de conhecer, conforme se recebe da natureza a vontade do amor a si mesmo, o homem vai adquirindo idéias à medida em que amadurece os sentidos. É nesse patamar que se evidencia a importância do desenvolvimento do corpo e da maturação dos sentidos. É o processo de adquirir consciência que circunda os sentimentos humanos do amor de si mesmo e do amor próprio, pela tomada de consciência, que dão origem aos sentimentos internos e pelos juízos, que dão origem as idéias (julgamentos), externos. Nesse sentido, qual é o papel dos sentidos em confronto com o papel das idéias e dos juízos? Posiciona-se Rousseau:

Os atos de consciência não são juízos, mas sentimentos. Embora todas as nossas idéias nos venham de fora, os sentimentos que as apreciam estão dentro de nós e é só por eles que conhecemos a conveniência ou inconveniência que existe entre nós e as coisas que devemos respeitar ou evitar. (ROUSSEAU, 2004, p. 410).

A formação das idéias é o que, de certa forma, conduz para o desenvolvimento pleno do indivíduo, ou seja, a formação do caráter ou do espírito humano, quando a sensibilidade “é incontestavelmente anterior à inteligência, o homem tem sentimentos antes de ter idéias.” (ROUSSEAU, 2004, p. 410). Qual é o significado pedagógico da tese de Rousseau de que o ser humano tem sentimentos antes de ter idéias? E, é justamente por defender a tese de que o ser tem sentimentos antes de ter idéias que o genebrino legitima o

princípio pedagógico de que a educação da infância deve iniciar pelo fortalecimento do corpo e pelo refinamento dos sentidos, por intermédio da educação pelas coisas.

É com essa idéia de que a criança precisa ser fortalecida, com um corpo robusto e sentidos refinados, para somente mais tarde conhecer e distinguir o amor de si mesmo do amor próprio. Isso é afirmado por Rousseau na seguinte passagem: “hascemos capazes de aprender, mas sem nada saber e nada conhecendo. Acorrentada a órgãos imperfeitos, a alma não tem nem mesmo o sentimento de sua própria existência.” (ROUSSEAU, 2004, p. 46). É aqui que o pensador defende a educação natural, quando a criança precisa ser fortalecida, com um corpo robusto e sentidos refinados para agir moralmente.

Na seqüência, Rousseau pondera que se “uma criança tivesse ao nascer a estatura e a força de um homem adulto [...]” (ROUSSEAU, 2004, p. 46), não conheceria ninguém e não teria a capacidade, nem de se defender das intempéries da natureza. Brota nessa contextualização o conceito de força, que conectado com a natureza está intimamente ligado com o sentido de dar sustentação ao corpo e refinamento aos sentidos. Pode-se inferir que é preciso respeitar a ordem natural do desenvolvimento infantil, para se ter um homem que caminha para a virtude. Brotando nesse momento a idéia de que o caráter social e moral se dá pela educação em processo, ganhando força no momento que o homem amadurece sua consciência moral.

O conceito fundamental para a pedagogia moderna, tanto em Rousseau como em Kant, é construído através da idéia de limite, e vinculado a essa idéia vem o conceito de disciplina. Kant sintetiza essa idéia dizendo; “não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar.” (KANT, 1996, p. 28). A educação é vista sob o prisma do despertar nas crianças o senso crítico, a moral e a disciplina como complemento, para tornar um adulto capaz de cuidar da própria moralidade. Já Rousseau pondera que a criança precisa ser educada de tal forma que consiga demonstrar seus sentimentos começando a fazer suas próprias perguntas. Pois, ela começa a fundamentar seu desenvolvimento cognitivo e comparar-se com a verdade, a partir do momento que estará apta para formar suas próprias opiniões. A criança, conhecendo-se a si mesma conhecerá seus sentimentos, identificar-se-á com eles e desenvolverá seus sentidos. No que se refere à socialização, precisa conhecer os outros trabalhando com os conceitos de justiça e virtude, enquanto pilares das relações pessoais.

Os conceitos de virtude e justiça embasam a consciência, capacitando o ser humano para que julgue suas ações. Embasa essa idéia a citação que segue:

Existe, pois, no fundo das almas um principio inato de justiça e de virtude a partir do qual, apesar de nossas próprias máximas, julgamos nossas ações e as de outrem como boas ou más, e é a esse principio que dou o nome de consciência. [...] Não há nada no espírito humano além do que se introduz pela experiência, e só julgamos alguma coisa a partir de idéias adquiridas. (ROUSSEAU, 2004, p. 409).

Rousseau elabora seu pensamento calcado na experiência humana. Tendo os reflexos das sensações bem definidos é que se pode gozar da capacidade de discernir e de julgar, adquirindo, a partir daí, a possibilidade de agir de acordo com a sua consciência moral que é formada na relação, ou no confronto do amor de si mesmo e do amor próprio.

Ora, é do sistema moral formado por essa dupla relação, consigo mesmo e com os seus semelhantes, que nasce o impulso a consciência. Conhecer o bem não é amá-lo; o homem não tem um conhecimento inato do bem; mas, assim que a sua razão faz com que o conheça, sua consciência leva-o a amá-lo: é este sentimento que é inato. (ROUSSEAU, 2004, p. 411).

Frente à citação acima, destaca-se que o ser humano tem a razão como um atributo primordial, o que faz considerar que ele tem a consciência como o guia das suas ações. É da natureza humana o princípio imediato da consciência. Decisivo aqui é que a moralidade radica-se na tensão entre consciência e razão: por meio dessa, conhece-se o bem, mas só se pode amá-lo por meio da consciência. Nesse caso, a consciência e seu desenvolvimento são inatos, algo que nasce junto com a pessoa, mas que precisa ser moldada de acordo com a bondade natural. Para Rousseau, o mal está na sociedade, o bem está na consciência ainda não viciada. Como ele coloca: “o espírito destas regras é dar às crianças mais verdadeira liberdade e menos domínio, deixar que façam mais por si mesmas e exijam menos dos outros.” (ROUSSEAU, 2004, p. 58),

Com essa posição Rousseau deixa transparecer que a consciência ainda não corrompida, limita os desejos, o que não se mostra como perigo para os outros. A bondade natural é que torna as ações humanas morais, diante do juízo que se faz sobre essas ações. Rousseau vai mais fundo nesta questão, quando assim se posiciona:

Se a bondade moral é conforme a nossa natureza, o homem só pode ser são de espírito ou bem constituído na medida em que é bom. Se ela não o é, e o homem é naturalmente mau, ele não pode cessar de sê-lo sem se corromper, e a bondade é nele apenas um vício contra a natureza. (ROUSSEAU, 2004, p. 406).

A educação moral, no entanto, pressupõe a moral, o que de forma linear leva o homem ao conhecimento das leis sociais e ao seu progresso. Qualquer repressão, neste caso, levá-lo-ia a não ter o mesmo êxito pelo progresso. Rousseau viveu numa época de repressões e perseguições, o que permite entender sua preocupação com a construção moral do ser humano. “É um espetáculo grande e belo ver o homem sair, a bem dizer do nada por seus próprios esforços; [...], penetrar em si mesmo para aí estudar o homem e conhecer-lhe a natureza, os deveres e o fim.” (ROUSSEAU, 1999, p. 11).

Relacionando com um sentido normativo e não usual, o homem pertence à espécie humana e, para tanto, precisa constantemente de cuidados especiais especificamente ao nascer. Mas não se pode esquecer que, se perder de vista aquilo que o constitui como ser humano, é que a infância tem o seu lugar definido nessa constituição. Por isso, a criança precisa ser respeitada como criança. Segundo Rousseau, “à humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança”. (ROUSSEAU, 2004, p. 74). Tal consideração equivale à determinação para cada qual, o homem em seu lugar, e a criança também em seu lugar, espaços sagrados e viabilizados pela educação. Essa educação não se limita ao aprimoramento humano, mas, faz com que o mesmo conheça seus deveres e seus direitos, e compreenda-se socialmente.

É necessário que, ao conhecer as crianças, o adulto ou seu cuidador não as deixe passar pelo hábito, não as estimulando a chorar mais, a fim de conseguirem o que desejam. Tratando seu aluno segundo a sua idade, antes de conhecer o significado da sabedoria, o Emílio colocará em prática a importância da lição, mesmo que, ainda não sabendo diferenciar a razão de todas as suas fantasias, tenderá a aprender através de seus mestres. Segundo Rousseau, a pior educação é não deixar que a criança flutue em suas fantasias e vontades. “Ninguém de ve meter-se a educar uma criança se não souber conduzi-la para onde quiser através das únicas leis do possível e do impossível.” (ROUSSEAU, 1992, p. 78).

Nesse caso, o filósofo salienta que, deve-se utilizar a liberdade bem regrada como instrumento para se obter sucesso na experiência, Ela, só fará o bem, uma vez que a

natureza exige dela uma relação com os outros. Dalbosco corrobora: “[...] a idéia de liberdade bem regrada deve servir como ideal normativo regulador do princípio pedagógico de condução da criança ao caminho da natureza e, frente a isso, do modo como o adulto exerce seus cuidados.” (DALBOSCO, 2007b, p. 10).

Uma vez que a criança precisa dos cuidados dos adultos, é por essa razão que a medida desses cuidados assume grande importância no que tange ao seu exercício, para que não se torne um vício e passe a ser demasiadamente corrompido por ela. É preciso que o adulto saiba identificar as necessidades reais daquilo que é fantasia, na criança. Através desse comportamento da criança é que se cria uma revelação de que a necessidade da educação negativa seria o complemento, que o homem precisaria para ser um cidadão capaz de criticar, e de buscar a perfeição humana e a sua felicidade. Salienta Rousseau:

A educação primeira deve, portanto, ser puramente negativa. Ela consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. Se pudésseis conduzir vosso aluno são e robusto até a idade dos doze anos, sem que soubesse distinguir sua mão direita de sua mão esquerda, logo as vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abririam para a razão. (ROUSSEAU, 1992, p. 80).

Enquanto criança não possuir nenhum hábito vicioso, ela tende a se tornar o mais sensato dos homens e assim a educação cumpriria seu papel. No entanto, uma educação para fazer homens, precisa contrapor-se àquela que se nega a isso: “[...] como não se quer fazer de uma criança uma criança e sim um doutor, pais e mestres nunca acham cedo demais para ralhar, corrigir, repreender, lisonjear, ameaçar, prometer, instruir, apelar para a razão.” (ROUSSEAU, 1992, p. 80).

Baseado nesse aspecto, Rousseau busca revelar que sensatez não é mostrar que algo o desagradou, e sim, adaptar a utilidade do método educacional, ao temperamento natural da criança. Com isso evidencia o significado que o processo pedagógico possui para a formação da criança, tanto para o bem quanto para o mal, diante do amadurecimento do amor de si mesmo e do amor próprio.

2.3 O significado pedagógico dos conceitos de amor de si mesmo e amor próprio

Ora, se a criança precisa ser respeitada em seu mundo, isso significa dizer que é importante pensar a educação da criança diferente da educação do adulto, respeitando suas limitações e seu progresso. Nesse sentido Rousseau defende a especificidade do mundo da criança, onde, o amor de si mesmo ganha, nesse particular, o caráter de uma antítese contra o egocentrismo. O amor próprio seria benéfico, o que o torna nocivo, é o modo como ele é aplicado nas relações com os outros.

Por essa razão, importa ser prudente, dar atenção à natureza, aprender a não desperdiçar nenhum momento da fase do aprendizado do aluno, direcionando-o para a justiça, para a humanidade e para a prática do bem comum, no sentido de habilitá-lo a fazer com que o Emílio conheça seus sentimentos e amadureça sua consciência. Todo esse processo acompanhado pelo seu mestre, facilitaria a educação do jovem Emílio. Posicione-se Rousseau:

Este estudo (o da educação) parece-nos aborrecido e penoso, porque só pensamos nele quando já corrompidos pelo vício, já entregues as paixões. Estabelecemos nossos juízos e nossa estima antes de conhecer o bem e o mal, e depois, relacionando tudo com essa falsa medida, a nada damos seu justo valor. (ROUSSEAU, 2004, p. 416).

Essa educação pode ser vista como uma transformação, mesmo que conflituosa, do amor de si mesmo e do amor próprio. Essa constante tensão unifica o modelo educacional rousseauiano, quando evidencia o processo da educação pensada para assegurar a sociabilidade humana.

É pelo processo de socialização que o homem dissocia o amor de si e o amor próprio, de tal modo que pode conhecer seus sentimentos e tomar consciência de suas ações. Baseando-se nesse modelo a educação tem um papel fundamental para a formação do ser humano e de seu caráter consciente. O homem estando alicerçado aos movimentos de sua natureza pensará na conservação e no bem estar de si e dos outros.

Observando uma criança em seu desenvolvimento, seja do corpo, ou da maturação dos sentidos, o mestre deve cuidar para ser bom, virtuoso, em vez de exigir, fazer do aluno alguém que saiba encarar os deveres dos homens, na tentativa de aprofundar as regras da

educação. A “[...] única lição de moral que convém a infância, e a mais importante a qualquer idade, é a de não fazer mal a ninguém.” (ROUSSEAU, 1992, p. 94), sobretudo, se o preceito de fazer o bem não consiste em manipular outras pessoas. Rousseau pensa num modelo de educação que parte da relação mestre e aluno, para a socialização.

O campo da intelectualidade é o desafio que Rousseau teve ao enfatizar que “há uma ordem moral em todos os lugares, onde há sentimento e inteligência.” (ROUSSEAU, 2004, p. 414). Sendo esse o percurso que estabelece juízos pelo processo formativo do caráter humano, deixando a natureza agir em sua sabedoria.

Essa contextualização demonstra a importância do pensamento educacional que Rousseau destaca para revelar na criança o interesse pelo aprendizado. Colaborando para a formação humana e levando em consideração as diferentes maneiras de chamar a atenção para o aprendizado. Diante dessas colocações, há que se comungar com Rousseau, quando, salienta que o aluno precisa aprender de alguma forma, seja pelo exemplo, pelo discurso e ou pelas fábulas¹³. Embora Rousseau critique algumas fábulas, elas também têm a sua finalidade.

Digo que uma criança não entende as fábulas que a obrigam a aprender porque, qualquer que seja o esforço que façamos para torná-las simples, a instrução de que delas queremos tirar obriga a fazer entrar nelas idéias que a criança não pode apreender e que a própria forma poética, tornando-as mais fáceis de reter, as torna mais difíceis de conceber, de maneira que compramos o prazer a expensas da clareza. (ROUSSEAU, 1992, p. 105).

Supondo que sejam compreendidas, as fábulas, Rousseau vê que elas podem, desde que criteriosamente escolhidas, serem um poderoso instrumento de formação moral. O pensar na importância da literatura e do desenvolvimento da criatividade e imaginação nas crianças, desde a mais tenra idade, auxiliará para que elas se tornem pessoas conscientes quando adultas. Salienta-se, nesse sentido a importância da literatura para a formação humana.

Despertar o senso crítico serve como estímulo moral, ao ensinar a criança e o jovem, o mestre mostra-lhe formas de reflexão para descobrir seus sentimentos e aprender com eles. É possível aqui uma aproximação de Rousseau e Locke. O último, por exemplo,

¹³ As fábulas eram histórias contadas às crianças com o intuito de despertar nelas a imaginação e o senso crítico para que desenvolvessem a capacidade reflexiva no despertar de seus sentimentos (o amor de si e o amor próprio).

queria que a criança aprendesse com dados: “[...] dai a criança esse objeto e deixai de lado vossas escrivatinhas e vossos dados. Qualquer método será bom.” (ROUSSEAU, 1992, p. 110). Esse interesse imediato desperta a aplicação do saber e da inteligência cultivando-a, para a proteção de que ser homem pelo vigor se-lô-a em breve pela racionalidade. Com essa visão naturalizada, disciplina-se o aluno no desenvolvimento da sensibilidade, de saber diferenciar o natural e o artificial na preparação e na tentativa de enfrentar a sua realidade.

A informação que o aluno recebe de seu mestre, quando ainda é criança vai pautar sua vida quando adulta, investigando seu saber como uma metodologia progressiva. Se a educação não preparar as pessoas para os embates do meio, quando surgirem as adversidades e os desafios, elas se sentirão incapazes, por não estarem preparadas. É nesse sentido que Rousseau elucida que aquilo que for vivenciado na infância (estímulo, a carência dos cuidados ou a sua demasia), será reflexo na vida adulta, como um fator determinante da formação moral e do amadurecimento do amor de si mesmo para o conhecimento do amor próprio.

O que torna o ser humano capaz, é o discernimento dos sentimentos de justiça e injustiça ou do amor de si mesmo e do amor próprio. Sendo assim, é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Essa idéia de moralidade abre campo para assegurar um papel relevante na educação e no projeto de educação natural proposto por Rousseau. “A natureza nunca nos engana; somos sempre nós que nos enganamos.” (ROUSSEAU, 2004, p. 275). Brota aqui a idéia de que o caráter social e moral só se intensificam e ganham força no sentido da educação e da condição humana, aspecto que será desenvolvido no próximo capítulo.

Diante da idéia do projeto de educação natural, que Rousseau propôs, é importante caracterizar os conceitos do amor de si mesmo e do amor próprio como constituintes para a formação do caráter humano. Essa constituição se dá pelo amadurecimento da consciência, que é visto por Rousseau, pelo processo educacional que começa ainda na infância, adquirindo progressivamente conteúdo moral. Sendo assim, conquista uma significação pedagógica, em sentido amplo, pois, se a moral começa a se desenvolver ainda na infância, é preciso ter atenção especial com as necessidades da criança e com os cuidados que o adulto exerce sobre ela nessa fase.

Através dos conceitos de necessidade e cuidados é que a educação adquire um caráter aporético, pois, nas palavras de Dalbosco; “sem os cuidados do adulto a criança não sobreviveria e, ao depender deles (adultos), não está livre de incorporar seus hábitos

viciosos.” (DALBOSCO, 2005, p. 21). Incorporando os vícios, os adultos de certa forma já estariam incluindo a criança na corrupção social. Sintetiza o autor: “o dilema consiste no fato de que a satisfação das necessidades da criança, e, portanto, a manutenção de sua própria sobrevivência depende de seu contato com os hábitos viciados do adulto.” (Idem, p. 21).

O processo da formação do caráter humano delinea-se pelo processo educacional inclinado quando ele ainda é criança. E, nesse sentido, é importante observar que se o caráter começa a se moldar na infância, e nessa fase que se começa a discernir sobre os sentimentos de amor de si mesmo e amor próprio. A partir daí, a educação é elaborada por princípios norteadores que facilitam a criança, na identificação de si mesma e do mundo, suas limitações e condições que permitem viver bem, sem preocupações desnecessárias, sem preconceitos, vivenciando a experiência do imediato, tendo como principal recurso o corpo e seus sentidos.

Quando Rousseau enuncia: “conservai unicamente a criança na dependência das coisas, tereis seguido a ordem da natureza no progresso de sua educação.” (ROUSSEAU, 2004, p. 83), ele se refere à educação pelas coisas. No entanto, a formação do caráter da criança só pode ocorrer mediante a socialização. É neste sentido que Rousseau insere o Emílio na sociedade baseado no contexto do *Contrato Social*. Rousseau defende uma educação pelas coisas, com o intuito de preservar a criança dos males sociais, mantendo-a muito mais em contato com a natureza do que com a sociedade, pois o adulto a corrompe desde seu nascimento, e com isso acaba prejudicando o processo de desenvolvimento natural da mesma.

É importante repensar o processo pedagógico junto a conceitos como razão, moralidade e consciência. Pela maturação da consciência se desenvolve a razão e a moral, o conhecimento de si e dos outros, implicados nos conceitos de amor de si mesmo e piedade, como uma medida para o livre desenvolvimento das disposições naturais do aluno, elevando-o para o exercício social, ou seja, para a vida republicana.

3 ANTROPOLOGIA, NATUREZA E SOCIABILIDADE EM ROUSSEAU

3.1 Considerações sobre o Iluminismo e a Antropologia em Rousseau

Considerar o pensamento de Rousseau que se desenvolve pela reflexão sobre o ser humano, em sua especificidade, é um desafio para pensar como o homem passa do estado de natureza para o estado social, uma vez que ele se insere na sociedade pelo progresso da razão e pelo amadurecimento moral. Tal idéia foi acentuada entre o início do século XVII e o fim do século XVIII com o advento do iluminismo, durante a idade moderna, período no qual o direito natural também teve seu ápice, junto ao desenvolvimento da razão, que teve sua base no estabelecimento de leis, tanto para a ciência jurídica como para a organização sócio-política da sociedade como um todo, reforçando a tese de que o homem para viver em sociedade precisa entender seu amor próprio.

O iluminismo rousseauiano trouxe consigo grande colaboração para os interesses sociais da época, com Rousseau retornando na história para introduzir a imagem do homem virtuoso, que, pelo processo do amadurecimento racional, seria capaz de estabelecer valores para regular e orientar a vida em sociedade. É também pela maturação da razão que o homem conhece seus sentimentos do amor de si mesmo e do amor próprio, bem como de sua consciência moral. Partilhando do ideal iluminista delineou-se a idéia da visão total da sociedade, na tentativa de resolver ou explicitar a concepção social regida por leis, que só podem ser conhecidas e elaboradas pelo amadurecimento racional. O indivíduo, em sua ação, conhece as leis da natureza humana, tendo a possibilidade de transformar a sociedade, à medida que vai amadurecendo sua razão

Com isso, a razão humana, vincula-se também ao debate político tornando efetivo o grau de liberdade mediado pela participação do indivíduo numa comunidade. Através do discurso público e da consciência humana que lhe dá limites para a ação; é pelo conhecimento que o homem limita suas ações, operacionaliza-as pela razão, na perspectiva da sociabilidade. Isso garante, por sua vez, que as decisões tomadas pelo exercício da razão humana estão diretamente ligadas com o princípio da sociabilidade, compreendendo as decisões e ações de todos, como afirma o próprio Rousseau “para conhecer os homens, é preciso vê-los agir.” (ROUSSEAU, 2004, p. 328).

A ação humana progride fundamentalmente, para aspectos morais que começam a dar forma e sustentação à vida em sociedade, pois, é através dela que Rousseau se refere ao caráter antropológico, ao sublinhar “começai, por estudar a natureza humana o que lhe é mais inseparável, o que melhor caracteriza a humanidade.” (ROUSSEAU, 2004, p. 303). É nesse contexto que as primeiras relações foram surgindo e ampliando-se, à medida que a vida tornou-se mais complexa e a presença do outro, mais necessária, por conseguinte, “desde cedo a criança começa progressivamente a desenvolver sua própria moralidade, e o faz baseando-se em noções de justiça e injustiça que já traz em seu coração ao nascer.” (DALBOSCO, 2007a, p. 324). Se a moral começa ainda na infância na definição das ações humanas, e a constituição social reside em suas relações, então, em que sentido a dinâmica tensional dos sentimentos característicos do ser humano, o amor de si mesmo e o amor próprio são indispensáveis para a constituição social?

Retomando-se, ainda que não exaustivamente, os aspectos que englobam o pensamento rousseauiano são a possibilidade da socialização humana pela educação natural e educação social, abarcando os sentimentos humanos do amor de si mesmo e do amor próprio, sentimentos que progride para o desenvolvimento humano. Esses aspectos, que já foram desenvolvidos nos dois capítulos anteriores, também darão sustentação ao terceiro capítulo, uma vez que assumem grande importância quando relacionados com o reconhecimento do outro¹⁴ e com a vida humana social.

A antropologia rousseauiana constitui nesse sentido, a sociabilidade, pela tensão oriunda desses dois sentimentos, pois, “considerando que o amor de si mesmo, é o sentimento naturalmente bom que nasce com o ser humano. O amor-próprio é, ao contrário, o sentimento de paixões odientas que surge com a socialização do ser humano. (DALBOSCO, 2005 p. 87) Nesse patamar, quanto mais o ser humano se socializa, mais aumenta seu amor próprio e com ele o “comportamento egoísta e a mania de comparar-se com os outros.” (Idem, p. 87). E, ao se comparar persistentemente, infere-se que o homem distancia-se do outro, o que gera a perda de sua identidade.

O processo formativo do ser humano, tratado por Rousseau no século XVIII, parte da relação do estado de natureza com o estado social, tendo como principal objetivo, desenvolver os aspectos cognitivos e morais do ser humano em diferentes fases. O projeto de educação natural parte das necessidades da criança para, através delas, elaborar uma boa educação para o Emílio (aluno imaginário), visando prepará-lo para que possa iniciar seu

¹⁴ A necessidade humana de precisar/depende do outro deriva das duas concepções objetivas já trabalhadas, do amor de si mesmo e da fraqueza, afetando seus sentidos na esfera social.

desenvolvimento na infância e conquista sua capacidade racional plena quando adulto, ao concretizar-se como um membro social. Nesse processo, Dalbosco demonstra que;

[...] a socialização do ser humano gera novas necessidades cuja satisfação das mesmas distanciam-se e muito daquelas necessidades naturais voltadas à conservação do homem. O núcleo de satisfação das necessidades naturais simples reside no amor de si mesmo. Quanto mais se inteira socialmente, mais o ser humano se afasta destas necessidades e passa a orientar-se quase que exclusivamente pelo amor-próprio, que é o núcleo das necessidades artificiais, cuja satisfação é alcançada mediante a comparação com os outros. (DALBOSCO, 2005, p. 89).

O ser humano só se torna sociável quando desenvolve o amor próprio, no tempo em que começa a obter o caráter moral, o qual sustentará a sua ação humana. Tal sustentação só tem sentido se o indivíduo tiver desenvolvido a sensibilidade, retratada por Reis da seguinte maneira; “por um lado a espécie humana pareceria menos apta a sociabilidade, por outro o homem possui uma qualidade que o torna o único animal capaz de tornar-se sociável, e essa qualidade é a sensibilidade.” (REIS, 2005, p. 296). É, pois, pela sensibilidade que segundo Rousseau, nasce a moral, germinando a base da socialização humana,

[...] enquanto a sensibilidade permanece limitada ao indivíduo, não há nada de moral nas suas ações. Somente quando ele começa a se estender para além dele, é que ele adquire primeiro os sentimentos, depois as noções de bem e mal que o constituem verdadeiramente como homem e parte integrante de sua espécie.” (ROUSSEAU, 2004, p. 299).

O homem vai adquirindo o conhecimento do amor próprio e, com ele, a capacidade de julgar que deságua na formação do caráter moral, pela sensibilidade. Com a idéia de sensibilidade humana conectam-se tanto a relação humana com a natureza como sua socialização com outros seres humanos.

No entanto, é na tensão da relação do amor de si mesmo com o amor próprio que a moral começa a ser construída juntamente com o caráter do ser humano. É nesse percurso de entender o amor de si mesmo que o Emílio começa a amadurecer e com isso entender seu amor próprio. Pelo processo de socialização, ele entra em confronto com seus

sentimentos do amor de si mesmo e do amor próprio, e tal dinâmica tensional torna-se indispensável para seu autoconhecimento e o conhecimento dos outros. Rousseau sintetiza essa idéia quando se refere aos dois sentimentos, afirmando que o amor deve ser recíproco e que os sentimentos precisam ser entendidos mutuamente, para que aconteça o amadurecimento racional. É o rompimento da indolência natural que conduz ao nascimento do amor próprio e, com ele, todas as características morais, também negativas, de formação do caráter humano. Como afirma Rousseau:

Para ser amado é preciso tornar-se amável; para ser preferido, é preciso tornar-se mais amável do que os outros [...], daí, os primeiros olhares para os semelhantes, daí as primeiras comparações com eles, daí as rivalidades e o ciúme. Quem sente como é doce ser amado, gostaria de sê-lo por todos, e, se todos pudessem querer suas preferências, haveria muitos descontentes, com o amor e a amizade nascem os desentendimentos, a inimizade e o ódio. (ROUSSEAU, 2004, p. 291).

É com essa idéia da formação do caráter humano que brota a capacidade do homem se socializar pela moralidade, ciente de que pelo movimento da natureza que é o caráter moral vai se moldando e, com ele, os aspectos éticos vão se formando para a conduta social humana. O homem se institucionaliza pela referência da sensibilidade e da solidariedade e, nesse sentido, coloca-se no processo que legitima sua espécie nas ações perante os outros membros da sociedade pela experiência, pois, “toda a forma de conhecimento moral tem como fonte a experiência própria ou dos outros.” (CENCI, 2008, p. 14).

3.2 Implicações político-morais do sentimento do amor próprio

Reconstruir o processo da tomada de consciência do ser humano, e com ela o conhecimento de seu amor próprio na relação com os demais, faz emergir a tese ainda que assistemática, do IV livro do *Emílio*, cuja exposição se dá na idade da razão e das paixões. Nele se retrata a idéia de que o Emílio começa a estabelecer relações com outras pessoas, “começando a sentir seu ser moral” (ROUSSEAU, 2004, p. 214). Assumir a relação com os outros é um elemento primordial de seu pensamento, uma vez que, é a partir da compreensão de si mesmo e dos outros, que o amor próprio desempenha seu papel, ao

fornecer meios para que o indivíduo possa encontrar uma base, de acordo com os outros. Neste contexto insere-se também a tese, esboçada no primeiro capítulo deste trabalho, de que é preciso estudar o homem pela sociedade e a sociedade pelo homem. Essa tese vem ao encontro do *Contrato Social* para afirmar que o homem precisa se integrar com o Estado sustentando sua natureza e afirmando-se como cidadão, evidenciando que é através do amadurecimento racional que ele estabelece regras para a organização da sociedade, através de seu amor próprio. Rousseau supõe que o amor próprio nasce pela socialização, ainda que, assumir o caráter moral não signifique esquecer sua natureza; pelo contrário, a sociabilidade humana pode provocar uma distorção nas ações morais. É por esse motivo que Rousseau destaca a importância da educação na idade da razão, pois é “só com ela que passamos a ter o conhecimento para o bem ou para o mal.” (ROUSSEAU, 2004, p. 288).

A bondade e a maldade só podem ser conhecidas pela razão e com ela ocorre a ampliação das “idéias que vem pelo amor próprio, a forma que acreditamos ser natural, e como o amor de si mesmo, deixando de ser um sentimento absoluto, torna-se orgulho nas grandes almas, vaidade nas pequenas, e em todas elas alimenta-se sem parar à custa do próximo.” (ROUSSEAU, 2004, p. 291). Alicerçado nisso, Rousseau acredita que uma criança possa cometer danos, mas não é suficientemente maldosa, uma vez que ela ainda não conhece noções morais e, por isso, seu amor de si mesmo ainda é natural.

A tensão constante dos dois sentimentos, o amor de si mesmo e o amor próprio, constitui, sobremaneira, a própria tensão entre sociedade e homem. É através das ações humanas que se inicia o processo de sociabilidade, levando em consideração o amadurecimento moral e racional. Para essa análise, tomar-se-á como referência o confronto entre o *Contrato Social* e o *Emílio*¹⁵. Rousseau afirma que “toda a ação livre tem duas causas que concorrem em sua produção: uma moral, que é a vontade que determina o ato, e a outra física, que é o poder que a executa.” (ROUSSEAU, 1983, p. 73). No entanto, para entender o que transforma o ser humano em um ser social, é preciso considerar os aspectos morais que regulam a vida humana em sociedade e que dão sustentação a sua própria vida política.

Nos capítulos anteriores fez-se uma análise do progresso da razão e de como o ser humano age através desse progresso, tomando consciência de si e dos outros. Tomar consciência do outro implica na formação do caráter manifestado pela moral. É através

¹⁵ Considerando que o *Emílio* e o *Contrato social* não compartilham do mesmo conceito de natureza, mas reafirmam a tese que sustenta a sociabilidade através da maturação da consciência e do crescimento moral/intelectual.

desse fio condutor que se fará a análise do processo pelo qual o ser humano se insere na sociedade, partindo dos seguintes questionamentos: em que sentido a educação natural e a educação moral são indispensáveis para a formação do homem republicano? Porque a república depende da moral? Como o indivíduo deve ser formado para que possa participar da sociedade republicana?

Os avanços morais e racionais são responsáveis pela condição humana, ou seja, transformam os homens pela sua vivência em sociedade, pelo fato de que uns precisam respeitar os outros. Rousseau sintetiza essa idéia quando conclama: “começai, pois, por estudar na natureza humana o que lhe é mais inseparável, o que melhor caracteriza a humanidade.” (ROUSSEAU, 2004, p.303). Manifesta, assim, a importância de cada fase do desenvolvimento humano que começa pela educação natural, para, posteriormente, atingir a vida em sociedade. Valoriza o indivíduo pelo resgate da natureza humana, buscando compreender esta pela sua sociabilidade, pois, segundo afirma Rousseau, “o estudo que convém ao homem é o das relações. Enquanto ele só se conhecer pelo seu ser físico, deverá estudar-se pela sua relação com as coisas, é o trabalho de sua infância. Quando começar a sentir seu ser moral, deverá estudar-se por suas relações com os homens, é o trabalho de sua vida inteira.” (ROUSSEAU, 2004, p. 290).

O modelo de sociedade proposto por Rousseau fundamenta-se na ordem social, legitimada pela passagem da liberdade natural, que compreende os impulsos naturais, para a liberdade social, que advém exclusivamente da socialização. Esse modelo se viabiliza pela formação da vontade e pela deliberação coletiva, havendo a participação de todos seus membros quando da tomada de decisões políticas. Uma democracia verdadeira, como afirma Rousseau, “tomando -se esse termo no rigor da acepção, jamais existiu [e] jamais existirá [...]” (ROUSSEAU, 1983, p. 84). Com essa idéia, ele busca enunciar que uma democracia pura não poderia realizar-se, pois, as circunstâncias tomariam algumas formas mistas¹⁶. Assim, a democracia proposta por ele corresponderia a uma forma ideal, onde a igualdade política prevaleceria na atividade dos cidadãos, quer dizer, nas funções que cada um estiver exercendo.

A sociedade republicana avalia genericamente o ser humano como um cidadão pleno que se coloca à luz do espaço público. Rousseau localiza, nessa ordem, uma visão que vai além da sociedade ideal e da democracia voltada ao discurso, tendo por finalidade

¹⁶ Entendem-se as formas mistas como os pensadores e teóricos da política chamavam os governos que se cruzavam entre a monarquia, a aristocracia e a república. Rousseau trata do problema tendo em vista as relações entre o Governo e o povo soberano. (ROUSSEAU, 1983, p. 93).

uma suposta sociedade¹⁷ ética. Ele defende, pois, uma associação entre o estado de natureza e a sociedade civil, dando significado a valores que referendam os sentimentos humanos, que em qualquer um dos estados precisam se apoiar ou desenvolver-se. Assim afirma ele:

Falo da subversão dos mais doces sentimentos da natureza, sacrificados por um sentimento artificial que só pode ser mantido por eles. Como se não houvesse necessidade de uma base natural sobre a qual formar vínculos convencionais: como se o amor ao próximo não fosse o princípio do amor que se deve ter ao Estado: como se não fosse por meio da família que o coração se prende à sociedade (Estado); como se não fosse o bom filho, o bom esposo e o bom pai que fazem o bom cidadão. (ROUSSEAU, 2004, p. 363;699).

O que caracteriza a humanidade na sua essência concebe a natureza como base ou possibilidade, que se expressa no reconhecimento do outro, tendo suas implicações e conseqüências nas situações concretas nas quais os homens se encontram se socializam e podem conservar-se ou transformar-se, fazendo uso de sua capacidade racional. E, com isso, conferindo a formação pública, pelo exercício discursivo que considera cada um das partes. De acordo com Rousseau:

Além da pessoa pública, temos que considerar as pessoas particulares que a compõe (sociedade), e cuja vida e liberdade naturalmente independem dela. Trata-se, pois de distinguir os direitos respectivos de cada cidadão e do soberano, e os deveres que os primeiros devem desempenhar na qualidade de súditos, do direito natural de que devem gozar na qualidade de homens. (ROUSSEAU, 1983, p. 48).

É pela visão republicana que se coloca a autonomia pública lado a lado com a liberdade, visando à atuação coletiva. O papel da política passa a ser o principal fator que constitui os processos sociais, onde os homens se relacionam entre si, observando o sentimento de solidariedade e de reconhecimento do outro. Nesse sentido, faz-se

¹⁷ O conceito de sociedade em seu sentido amplo significa meramente "associação humana." Essa associação corresponde a sociedades parciais, família/Estado. A família é uma associação na qual se pode crescer com lealdade e compromisso para com a grande associação (Estado). Os sentimentos que nascem na família são naturalmente suficientes para incluir a preocupação com os outros, sendo comum para o amor próprio trabalhar quando da preferência dos outros que não estão ligados a qualquer laço de sangue imediato, mas que têm outra unidade de origem. (origem humana). (DENT, 1996, p. 205).

necessário considerar a particularidade humana, no que se refere à liberdade e à igualdade de cada cidadão, aspectos que merecem análise vertical. Os conceitos de liberdade e igualdade adquirem sentido do regime democrático¹⁸, sendo que a noção de liberdade, da qual Rousseau parte, associando o pensamento social e político.

Demonstra uma suposta perda da liberdade natural e a tentativa de uma nova liberdade que, em seu pensamento aparece como um projeto para justificar a organização política.

Essa organização política possibilita que o ser humano possua sua liberdade como característica fundamental para se relacionar em sociedade. Nesse sentido, Rousseau esboça uma teoria política baseada na soberania popular, quando registra que “o gênero humano é composto pelo povo; o que não é povo é tão pouca coisa que não vale a pena contá-lo.” (ROUSSEAU, 2004, p. 308).

Rousseau também revela a idéia que os cidadãos se mostram pela capacidade de aprimorar os conhecimentos através de suas relações organizadas pelo amadurecimento racional e, nesse contexto, faz uma exigência moral: “homem, não desonres o homem.” (Idem p. 309). Diante de sua concepção política, Rousseau estabelece uma trajetória social, sustentada na distinção entre estado de natureza e estado social. No primeiro, o homem apresentaria a suprema felicidade, pois ao não se relacionar com outrem, não haveria a desigualdade; pelo segundo o ser humano constrói uma civilização corrompida.

No entanto, é pela capacidade racional que o ser humano deve enfrentar o problema da corrupção social. Postula o genebrino:

Sei que a verdade está nas coisas e não no espírito que as julga, e que quanto menos coloco de meus juízos que faço sobre elas, mais estou seguro de me aproximar da verdade. Assim, minha regra de me entregar mais ao sentimento do que à razão é confirmada pela própria razão. (ROUSSEAU, 2004, p. 381).

Nesta passagem encontra-se sua preocupação pela busca da verdade e pela procura da igualdade de todos, pautada na liberdade de expressão e de poder atuar como um ser humano dentro da sociedade, na qual ele se inseriu.

¹⁸ Rousseau trata da democracia para caracterizar um dos três poderes. Ele ainda vai tratar da aristocracia e da monarquia.

Nesse sentido, Rousseau busca, através do *Contrato Social*, a melhor maneira de oportunizar boas condições para o indivíduo enquanto ser social, tendo se preocupado com o conhecimento mais amplo da sociedade, sobretudo, do homem (ser humano), e das suas ações. É através delas que o homem pode conhecer-se melhor, modificando suas atitudes perante o outro, na esfera pública.

Pensar na igualdade, implicitamente supõe a desigualdade. Por isso, não é por acaso que Rousseau trata em sua concepção política, da desigualdade humana, oferecendo em sua análise, uma justificativa sobre valores que fundamentam a liberdade e a igualdade. É nesse sentido que tais conceitos auxiliam, para tornar o homem um ser da república, numa estreita conexão entre a natureza, educação e o estado social. É nessa conexão que fundamenta a liberdade como um sentimento da razão humana, baseando-a na teoria da bondade natural do ser humano. Mas, tal bondade, confronta-se como o homem socializado, que no livro IV representa o jovem Emílio vivendo em sociedade e tendo que enfrentar os dilemas morais e as mazelas político-sociais gerados por tal vivência.

O ponto de vista geral adotado no *Emílio*, justifica a proposta republicana de Rousseau. É, portanto, nesse modelo educacional que reside seu fundamento da teoria política da sociedade e dele emerge também sua crítica social: “o homem do mundo está inteiro em sua máscara.” (ROUSSEAU, 2004, p.314). Através dessa passagem, é possível detectar como as pessoas se sentem pouco à vontade quando precisam voltar a sua consciência e com ela busca solucionar os dilemas morais e políticos surgidos de uma sociedade corrompida.

É na passagem do estado de natureza para o estado civil que se desenvolve, na visão de Rousseau, a reciprocidade entre as pessoas no âmbito da moral, observando as características peculiares em cada um. Quando “entramos finalmente na ordem moral: acabamos de dar um segundo passo de homem.” (ROUSSEAU, 2004, p. 323). Se no estado civil a condição humana é sobreposta a sua natureza, uma nova ordem surge quando o homem passa a afirmar ser dono das propriedades quando alguém cercou um pedaço de terra e disse é meu, encontrando pessoas para acreditar, surgiu com isso às desigualdades sociais. Se até então tudo pertencia a todos, com a sociedade civil efetiva-se o acúmulo de propriedade nas mãos de uma minoria. “O homem nasce livre, e a toda parte encontra-se a ferros” (ROUSSEAU, 1995, p. 22). Nessa citação Rousseau questiona a força que constitui uma norma para a vida em sociedade, o direito que se origina na natureza passa a ser uma convenção de ordem social, servindo como parâmetro a todos os indivíduos.

Através desta análise, surgem os aspectos da justiça e da injustiça social, em que as leis do contrato resultam na preocupação de educar o ser humano para a sociabilidade. No entanto, a moralidade não pode se desenvolver fora do convívio social. Sendo assim, o contrato que os homens estipulam, utiliza-se da idéia de legislação como instrumento para corrigir as leis, conferindo, pois, autoridade para tal, com o propósito de aproximar o povo do bem comum. Este pensamento está sugerido na seguinte passagem: “é preciso encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes.” (ROUSSEAU, 1983, p. 32. Nes se contexto, tornam-se relevantes os aspectos da vontade geral, que é a própria soberania do Estado na qual repousa a origem da lei e da justiça. A vontade geral abrange os interesses que cada pessoa possui, igualando-se ao interesse dos outros indivíduos.

Como o homem já não se basta mais a si mesmo, no seu estado de natureza fazem-se necessárias regras para conduzir a sociabilidade humana, pois, “tudo o que se faz com razão deve ter suas regras” (ROUSSEAU, 2004, p. 672). É seguindo nesse caminho que se confirma o propósito para legitimar a sociedade, que anteriormente afirmou-se estar concentrado no IV livro do *Emílio*, quando o jovem começa a entrar na sociedade.

Tanto o percurso da educação, quanto o percurso da socialização, principiam no seio familiar e, este aspecto, precisa ser desenvolvido agora. Englobar família e sociedade, responde, em certo sentido, às carências humanas pela necessidade de outrem, ou seja, o que fundamenta a vida social. O ponto de partida que dá origem à sociedade em primeira instância é segundo Bobbio a família, pois;

O ponto de partida não é um abstrato estado de natureza, no qual os homens se encontrariam antes da constituição do Estado, e que o precede lógica e não cronologicamente, mas a sociedade natural originária, a família, é uma forma específica, concreta, historicamente determinada da sociedade humana. (BOBBIO, 1991, p. 43).

A sociedade humana começa pelo desenvolvimento da instituição familiar e a citação acima confirma, em certo sentido, a tese rousseuniana de que a primeira lei humana consiste no zelo pela própria conservação. É nesse sentido que a vida republicana se traduz pela dimensão antropológica de Rousseau, que pensa no homem e em sua

conservação, como ele mesmo esboça ao afirmar que as primeiras sociedades se formam na família, pois, “a mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família.” (ROUSSEAU, 1983, p. 23).

A família é “o primeiro modelo das sociedades políticas” (ROUSSEAU, 1983, p. 23), e sendo o primeiro modelo, é onde começa aquilo que unifica o ser humano, onde começam os primeiros desejos e as primeiras sensações. Em seguida, vem a escola¹⁹ como precursora para auxiliar no amadurecimento moral do ser humano. É pela constituição educacional que, segundo Rousseau, há o desenvolvimento do coração e da razão, podendo-se salientar, então, que o fator pelo qual o homem melhora seu desenvolvimento racional e emocional, provém do estímulo da educação que recebeu. É dito pelo genebrino na seguinte passagem: “examinem bem a constituição do homem, acompanhem os primeiros desenvolvimentos do coração em tal ou tal circunstância, para ver como um indivíduo pode diferir de outro por força da educação.” (ROUSSEAU, 2004, p.355).

Há, nesse sentido, uma relação contínua que progride da relação familiar para a sociedade civil. É oportuno registrar que o ser humano passa por fases intermediárias na sua constituição, tanto humana quanto social, percorrendo várias etapas de amadurecimento de seu estado afetivo-racional. Se a conquista da autonomia baseada na vontade racional também tem um pé no estado de natureza, o Estado passa a ser o complemento do homem natural, o que permite sublinhar que a república é a extensão da natureza humana, que se solidifica pelo processo educacional do ser humano. Afirma Rousseau:

Querendo formar o homem da natureza, não se trata por isso de fazer dele um selvagem e de relegá-lo ao fundo dos bosques, mas envolvido no turbilhão social, basta que ele não se deixe arrastar nem pelas paixões, nem pelas opiniões dos homens; veja ele pelos seus olhos, sinta pelo seu coração, não o governe nenhuma autoridade, exceto a de sua própria razão. (ROUSSEAU, 2004, p. 356).

Só o decurso da educação pode ajudar no processo de maturação, tanto da razão como da emoção e ambas precisam andar lado a lado, para que haja um equilíbrio na socialização da pessoa. Rousseau pensa o homem como um ser desejante e este sentimento o estimula socialmente; por isso, precisa estar com os sentimentos definidos e equilibrados.

¹⁹ É oportuno observar que ainda hoje, no contexto escolar, muitas vezes a família delegam à escola a tarefa da educação moral. Os valores éticos e seus princípios devem começar na família e repercutir na escola.

Por essa razão é que o indivíduo precisa dos outros e de outros recursos para buscar a autenticidade da vida social, que se manifesta através da sensibilidade e da racionalidade. É, por meio do equilíbrio entre ambas “o mesmo homem estúpido da floresta, deve tornar-se razoável e sensato nas cidades.” (ROUSSEAU, 2004, p. 356).

Encontra-se no *Emílio* o propósito e as intuições filosófico-pedagógicas para legitimar a vida humana em sociedade. Rousseau conclui seu pensamento afirmando que o ser humano, ao sair de seu estado de natureza, passa a depender dos outros, pois da convivência social surgem novas necessidades. A liberdade, que antes era natural, torna-se agora política e moral, como decorrência das forças coletivas. Segundo Rousseau: “o homem natural é tudo para si mesmo, o homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo que é o corpo social.” (ROUSSEAU, 2004, p.11). O processo de socialização humana tem sua origem na capacidade do homem sair fora de si mesmo quebrando com o egoísmo para demonstrar que ele é um ser carente, e por isso, depende dos outros para sustentar-se enquanto humano. Essa fragilidade (carência), é estimulada pela socialização.

3.3 Implicações pedagógicas: do amor próprio ao desenvolvimento Moral

A contribuição da educação para a organização social manifesta-se quando Rousseau valoriza a vida da criança, no seu desenvolvimento junto à natureza, para que se construa como sujeito autônomo e criativo, ou seja, capaz de comprometer-se com a vida em sociedade e com suas relações. O estado de natureza considerado originário por Rousseau faz emergir, em certo sentido, que o homem precisa viver inteiramente em sociedade. Duas questões conduzem a essa reflexão: como se dá a inserção do amor próprio na relação pedagógica? O que caracteriza o desenvolvimento moral do Emílio?

Rousseau afirma que o processo educacional começa na família, ou seja, a primeira educação não vem de fora, é pautada primeiramente no seio familiar, cuja educação e sua associação por meio do contato com a natureza, principiam muito cedo. Cabe salientar que no seio familiar a criança conhece somente o amor de si mesmo, quando então, ela estaria desenvolvendo atividades relacionadas à sua vida cotidiana em aspectos mais livres e naturais. A partir da socialização, que igualmente começa na família, a criança estaria desenvolvendo capacidades físicas, intelectuais e morais, porém, ainda reguladas pela

crença e pela bondade natural. Aspectos que até então, estariam protegidos da influência corruptora da sociedade.

O conceito de estado de natureza não significa um período histórico e nem tem uma existência real, mas funciona, na argumentação de Rousseau, como uma “idéia reguladora” que leva o homem à excelência humana, pelo processo educacional, pois, “à educação do homem começa com seu nascimento, antes de falar, antes de ouvir, ele já se instrui.” (ROUSSEAU, 2004, p. 480).

É pela educação que surge a necessidade de retornar ao homem natural para dar sentido à existência humana. À medida que o homem vai se socializando, há uma perda das referências naturais que se fragilizam pela massificação das informações e da banalidade com que se tratam tais aspectos. Dalbosco sintetiza essa idéia ao afirmar que “o conceito de natureza possui, um sentido geral, significando tudo àquilo que não foi modificado pela ação humana.” (DALBOSCO, 2007, p. 325). Também é nesse sentido que o enfoque referencial do *Emílio* atribui qualidade à perfeição. Essa perfeição se mostra pelo aumento das capacidades interiores que permitem ao aluno alcançar a virtude através do respeito autêntico, canalizado para a relação com as coisas, com a natureza e pelas relações sociais, considerando que “há uma ordem moral em todos os lugares onde há sentimento e inteligência.” (ROUSSEAU, 2004, p. 414).

Afirmou-se anteriormente que é pelo progresso racional e pela moralidade que os seres humanos tornam-se sociáveis, no entanto, é importante frisar a base desse progresso que conserva os sentimentos do amor de si mesmo e do amor próprio. É nessa estreita conexão que;

Toda a moralidade de nossas ações está no juízo que fazemos sobre elas. Se for verdade que o bem esteja bem, ele deve estar no fundo de nossos corações assim como nas obras, e o primeiro prêmio da justiça é sentir que a praticamos. Se a bondade moral é conforme à nossa natureza, o homem só pode ser são de espírito ou bem constituído na medida em que é bom. Se ela não o é, e o homem é naturalmente mau, ele não pode cessar de sê-lo sem se corromper, e a bondade é nele apenas um vício contra a natureza. (ROUSSEAU, 2004, p. 406).

Pela forte preocupação que Rousseau tinha para tornar os cidadãos virtuosos, ele encontra no processo moral um dos fatores constituintes para a educação. Enriquecendo

essa idéia ao dizer: “quando a idade²⁰ crítica se aproxima, ofereci aos jovens espetáculos que os moderem, e não espetáculos que os excitem; [...], levem-nos de volta às suas primeiras moradas em que a simplicidade direcionará para que tornem-se um cidadãos”. (ROUSSEAU, 2004, p. 318). Em poucas palavras Rousseau revela a importância da educação, que progressivamente se dá pela socialização do ser humano, correspondendo ao ideal republicano, regulado pela vontade geral.

Rousseau valoriza o processo educacional como um núcleo que forma o ser humano para os embates do meio social. Nesse contexto, afirma Marques que “o sistema social gera um clima de corrupção, no qual não se encontra mais a manifestação da natureza originária dos indivíduos.” (MARQUES, 2005, p. 320). Isso torna oficialmente pública a idéia de que o desconforto gerado na sociedade só pode ser amenizado pelo progresso da razão humana e pelo seu amadurecimento moral, ou seja, pela educação.

Nessa dimensão, além de sustentar a educação, é preciso dar existência à sociedade, sendo necessário conhecer o movimento que faz com que as leis sejam elaboradas tanto na ordem familiar como na ordem social. A aparência desses fenômenos é a circulação livre dos participantes de uma comunidade política que se institucionaliza historicamente por um marco, este que é progressivamente derivado do amadurecimento moral, ou da tomada de consciência, a qual permite que o direito vigore intencionalmente para todas as pessoas. As leis do direito delineiam o pensamento do genebrino:

São necessárias convenções e leis para unir os direitos aos deveres, e conduzir a justiça e seu objetivo. No estado de natureza, no qual tudo é comum, nada devo àqueles a quem nada prometi; só reconheço como de outrem aquilo que me é inútil. Isso não acontece no estado civil, no qual todos os direitos são fixados pela lei (ROUSSEAU, 1983, p. 54).

O Estado tem o papel de realizar a autonomia da coletividade e do soberano, cumprindo o poder político a ele confiado, conforme as necessidades dos indivíduos, fundamentando assim a liberdade dos direitos e dos deveres. Deste modo, ele assegura, pelo processo político, o direito à igualdade, a legislação e participação livre e igual dos cidadãos que participam do espaço público.

²⁰ Idade da razão, a fase de maior esclarecimento moral sendo esse o momento de inserir o aluno na sociedade.

Rousseau procura buscar um pacto que possibilite superar a história humana fazendo com que um ideal seja conquistado pela coletividade e não existe nenhuma compensação possível para aquele que renuncia a tudo. A natureza do ser humano consiste em desenvolver sua dimensão social pela interação com o outro, mesmo que, num primeiro momento pareça uma convenção contraditória onde se vincula uma autoridade à uma obediência sem limites, ou à necessidade de uma ordem social que se garanta pelo resgate da liberdade que o homem perdeu com o surgimento da ordem civil.

Resgatar a liberdade natural é um dos pontos centrais do pensamento de Rousseau que se mostra dentro da sociedade republicana, o que torna sociáveis os seres humanos. É através da vontade geral que se forma uma condição humana finita de bondade e, por essa razão, conhece, goza e exerce seus direitos legitimados pelas leis da sociedade. Afirma Rousseau:

O pacto fundamental em lugar de destruir a igualdade natural, pelo contrário, substitui por uma igualdade moral e legitima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, que podendo ser desiguais na força ou no gênio, todos se tornam iguais por convenção e direito. (ROUSSEAU, 1983, p. 39).

O fragmento se constitui como núcleo central para a socialização moral do indivíduo, a passagem da liberdade natural para a liberdade moral. Por isso, o ser humano, não podendo mais fazer uso da liberdade natural enquanto um mecanismo para dominar os outros, precisa aderir aos conceitos de convenção e direito. Mas os homens também precisam manter a liberdade natural, no estado civil, a fim de que o pacto seja mantido e o soberano não deixe de ser soberano.

A multidão que se encontra reunida em um corpo só pode manifestar-se com o grupo, devendo visar interesses que auxiliem todos os membros que compõem o corpo não prejudicando nenhum de seus membros.

O novo pacto social proposto por Rousseau abriria muitas possibilidades para a construção de uma nova sociedade centrada em igualdade de direitos e deveres para todos. Trata-se de uma importante tentativa de articular a base legítima da autoridade política no domínio das pessoas sobre si mesmas, e no modo como elas poderiam agir com base em uma vontade geral. Uma associação de caráter moral que autorize a instituição do bem comum, a fim de alcançar uma garantia de subsistência igualitária perante os membros da

sociedade de uma população resultante do estado de natureza. “Violar o ato pelo qual existe seria destruir-se, e o que nada é nada produz [...]”. (ROUSSEAU, 1995, p. 34).

Com essa concepção o autor sugere que a passagem de um estado a outro ocorre mediante um pacto, por intermédio dos quais todos os interessados (cidadãos) concordam em renunciar ao uso da força individual e institui uma força comum. Ou seja, não basta apenas a simples associação de pessoas, é preciso que se tenha uma finalidade comum, que exalte no ser humano a investigação e a condição necessária de liberdade, que se justifique válida, uma vez que o homem não se basta a si mesmo.

Ora, o Estado deve fundamentar o pacto para concluir que “a vontade geral é sempre certa e tende sempre a utilidade pública.” (ROUSSEAU, 1983, p.46). Nesse viés, cria-se um sistema de leis para regular as disparidades provocadas pela desigualdade, mantendo o controle dentro do sistema de sociedade proposto por Rousseau, pois, para ele o que diz respeito à idéia de igualdade é que os homens são iguais por natureza, como uma consequência de que todos são iguais pelo nascimento. O pacto proposto encarrega-se de criar uma legitimidade que seria de fundamental importância para a efetivação da liberdade e da igualdade fundamentada em princípios morais e racionais.

Essa idéia compreende um compromisso entre a parte pública do Estado e a particular de cada indivíduo, em que cada um se compromete numa dupla relação, a de ser livre e ao mesmo tempo igual, perante a construção da história da humanidade. Segundo Pissarra “por meio do contrato social, o homem natural tornou-se um ser moral não mais obedecendo ao instinto, mas a razão.” (PISSARRA, 2002, p. 74). Obedecer a razão significa também dizer que é preciso respeitar as condições universais, como as normas, as instituições, o bem e o mal, o ato humano e, com ele, a autêntica pretensão de bondade. A condição humana é finita de bondade e por esta razão exerce seus direitos legitimados pelas leis sociais, não podendo fugir delas, pelo menos, não enquanto relação com os demais membros do Estado.

Esse estudo procurou demonstrar que toda a atividade humana e suas relações se estabelecem num círculo, ou seja, num processo de relacionamentos, de onde partem os ensinamentos que se recebe na infância, pelos cuidados dos adultos, reportando-se principalmente ao mundo social, onde as pessoas são regradadas. A tomada de consciência possibilita entender o que legitima uma sociedade e com ela nasce o acordo da vida social que se solidifica pelo consenso de uma sociedade republicana. É pelo exercício racional que o homem se dá conta de que é sujeito de direitos e construtor da história. Nesse caso, o contrato se mostra à frente do fato histórico, sendo entendido como um elo que evidencia a

razão humana, na qual seus princípios começam com a possibilidade de pessoas livres e iguais, para explicitar a origem de uma república.

A formação do homem diz respeito à educação natural, aos ideais político-morais e à participação ativa na ordem republicana, pressupondo que esse processo formativo seja delineado pelas atividades humanas, tendo por finalidade buscar o bem sem conflitos, numa sociedade sistêmica²¹. Essa sistematização parte dos aspectos naturais da sociabilidade com o intuito de interagir nas atividades concretas de um conjunto completo de relações entre grupos, pessoas e sociedade. Cada pessoa é constituída pelas circunstâncias onde vive e onde se encontra organizada em sociedade, tendo em suas mãos a possibilidade de intervenção ou modificação social. Por essa razão, a questão do planejamento social é compreendida através das relações entre o social e a realidade histórica. Esse planejamento tem princípios participativos sendo importante lembrar que a caracterização da ação humana sobre a sociedade se dá sempre pelo viés educacional. Nas palavras de Cenci, ‘preparar para viver em sociedade é uma das tarefas da educação.’ (CENCI, 2008, p. 15).

Essa interpretação é muito difundida, tendo por intuito distinguir o humano dos demais seres do universo, onde o homem deve buscar refletir sobre as coisas que o rodeiam despertando na sua interioridade os fatos que acontecem na sociedade. A educação tem como papel o agir moralmente através dos processos pedagógicos, fazendo com que as pessoas aprendam a ser justas consigo mesmas, pelo processo de sair fora de si, e com os outros, pelo processo do amadurecimento do amor próprio. Essa aprendizagem precisa ser trabalhada nas ações concretas, facilitando a compreensão das crianças que precisam ser introduzidas na moral, e dos adultos que precisam afirmar-se na sociedade.

Rousseau pretende, grosso modo, uma fusão entre a educação, as ações humanas e o corpo político, cuja finalidade reside em parâmetros éticos da vida em comunidade. Com essa idéia, ele reforça a tese de que a interioridade que se desvela pelo sentimento humano exige ‘o retorno à pureza natural [como] dever fundamental de todo o homem’ (ROUSSEAU, 1983, p. XIV). É a que conduz o homem para fora de si mesmo, apontando com isso o caminho para que o ser humano perceba sua própria existência. Constitui a compreensão da natureza pelo viés da razão, que se dá pelo processo da civilização. Compreender a natureza humana em sua amplitude significa, para o pensamento

²¹ Uma nova forma de perceber/entender a sociedade colocando em seu contexto a inter-relação com o ser humano e sua relação com a natureza.

rousseauiano, alcançar a consciência, tendo noção de liberdade com o intuito de atingir sua inserção na vida republicana.

Desse modo, como breve conclusão, é importante ressaltar que os propósitos do pensamento de Rousseau baseiam-se em uma engrenagem política e educacional de condições de legitimidade, da volta à natureza para a elevação moral do ser humano. Tais propósitos descrevem a passagem do indivíduo de seu estado natural para o estado social, com o objetivo de construir a história da humanidade. Esse é o percurso em que a aquisição da moral passa a ser uma condição indispensável para que o indivíduo possa reconhecer-se e ser reconhecido como portador de direitos e deveres e, com isso, possa conviver com os outros, em sociedade.

Rousseau vê, no percurso de justificação de seus propósitos, o respeito mútuo como forma de assegurar a cada pessoa a satisfação de suas necessidades dentro da ordem republicana. Vê na educação a forma mais ideal do ser humano conquistar sua moralização, transformando com isso sua animalidade em cultura e polidez. Assim afirma ele: ‘moldam -se as plantas pela cultura e os homens pela educação.’ (ROUSSEAU, 2004, p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando o método analítico reconstrutivo, acredita-se ter alcançado o objetivo desse estudo, pois, interpretar o pensamento rousseauiano é mais que um desafio, consiste, sobretudo, em analisar como se dá a formação humana que começa na fase infantil e se intensifica com a socialização da criança, do adolescente e do jovem. A socialização humana engloba o amadurecimento racional e com ele a tomada de consciência dos sentimentos do amor de si mesmo e do amor próprio, bem como, a noção de liberdade que Rousseau analisa como ponto fundamental de seu pensamento social e político.

Particularmente, Rousseau detinha um caráter estranho, talvez “íncapaz” de entender-se consigo mesmo e com a sua sociedade. Inobstante isso, suas idéias dão conta, reveladas pelos seus escritos, de provocar um movimento oscilatório entre o possível, para sua época e o desejável, visando ensinar o homem a assumir sua própria autonomia enquanto sujeito. Um homem capaz de fazer suas próprias escolhas, sendo responsável por elas, numa reflexão perante a sociedade, da qual faz parte como um todo social.

A originalidade de Rousseau mostra-se como ênfase no Iluminismo, sendo que seu pensamento destacou-se pelo resgate da natureza humana e pela compreensão dos limites (possibilidades) da razão, tornando-se precursor de uma nova fase cultural. Fase que dá vazão à teoria pedagógica e à concepção política, que prima por reconstruir um homem do Estado de Natureza para o Estado Social. Isso apresenta-se como um desafio, sem intimidar a natureza humana, revela e defende a importância teórica da educação. Nessa visão, buscou um modelo que possibilitasse ter uma visão de totalidade entre o homem e a sociedade. O primeiro, enquanto uma força que interage com os outros através de sentimentos, e a segunda, como um modelo que traz como premissa maior, harmonizar o primeiro. Rousseau vê no decorrer de seu projeto o respeito entre os seres humanos. É, pois, assumindo a dimensão coletiva da sociedade, que se fortalece a dimensão individual, onde o Emílio, seu aluno, têm direitos e deveres perante os demais membros da sociedade civil.

Ao escrever e refletir sobre essas idéias somos remetidos à percepção do outro e o quanto sua presença e existência ao nosso lado, compartilhada, nos importa. Será mesmo uma presença compartilhada? Com essa questão é possível pensar no outro, como um ser humano, detentor de sentimentos e direitos, reconhecendo nele esses direitos e respeitando-

o como sujeito pensante, que tem suas responsabilidades e sua participação enquanto cidadão. Mesmo em uma sociedade corrompida e conturbada, o próprio Rousseau, em meados do século XVIII, escreveu: “O homem não começa facilmente a pensar ; mas assim que começa não pára mais.” (ROUSSEAU, 2004, p. 355). Retomar o pensamento de Rousseau sobre a idéia da reflexividade e do retorno sobre si mesmo implica examinar em profundamente a capacidade exclusiva do homem, a do amadurecimento intelectual. Essa maturação incide na retrospectiva de voltar à natureza e recuperar os sentidos da existência humana e na sua contínua vivência social.

Através desse pensamento, enfatiza-se que tanto educadores quanto filósofos devem continuar a discutir e estudar os verdadeiros valores e objetivos da educação natural e da política social, enquanto um patamar que vise o bem estar da humanidade, em seu sentido mais amplo, pela ação educacional e pela socialização humana. O ser humano é parte integrante de um todo na sociedade, não sendo admissível, pois, ser pensado fora dela. Rousseau coloca em seu projeto de educação, ousa-se afirmar, um avanço do desenvolvimento das potencialidades naturais da criança, em seu próprio mundo. Ele dá importância a essa fase, pois é a partir dela que se delineará o processo formativo do ser humano, que amadurece pelo despertar da consciência moral, tendo capacidade para ouvir sua voz interna, tendo-a então, como guia de suas ações.

Ressaltar seus propósitos educacionais que se embasam pela educação é constituir o homem no processo/passagem do estado natural para o estado social, tendo por objetivo construir a história da humanidade. Tal construção se forma pela aquisição da moral e pelo processo da maturação da consciência humana, as quais desenvolvem a razão e junto com esse desenvolvimento, o conhecimento de si e dos outros, envolvendo o amor de si mesmo e o amor próprio. Assim sendo, é pelo confronto desses dois sentimentos que o aluno é capaz de desenvolver suas disposições naturais e atingir o exercício da vida republicana.

A Educação Natural manifesta-se através de relatos e não significa que o homem deve retornar a uma vida primitiva, mas afastar-se da artificialidade da época, que girava em torno do acordo da vida em sociedade, ou seja, pelo pacto. A educação moral deveria levar o homem a agir pela concepção de educação e por interesses naturais, e não pela imposição de certas regras artificiais. Ilustra esse pensamento, o seguinte posicionamento: “os deveres morais, [também] têm suas modificações, suas exceções e suas regras.” (ROUSSEAU, 2004, p. 481).

Outro aspecto da educação natural está na não aceitação, por Rousseau, de uma educação intelectualista que, fatalmente, conduziria ao ensino formal e livresco. O homem

não se constitui apenas de intelecto, pois, disposições primitivas, nele presentes, como: as emoções, os sentidos, os instintos e os sentimentos, são anteriores ao pensamento elaborado, sendo estas dimensões primitivas as mais dignas de confiança, do que os hábitos de pensamento que foram forjados pela sociedade e impostos ao indivíduo.

O projeto de educação proposto por Rousseau tem como papel primordial, permitir que a natureza se desenvolva através da cultura, ou seja, que os valores morais tornem a verdadeira natureza do homem. Nesse sentido, ainda que paradoxal, traz consigo a resposta ao problema formulado neste estudo, da educação natural e da sociabilidade humana, que se sustenta pelo confronto dos dois sentimentos especificamente humano do amor de si mesmo e do amor próprio. Tratando da questão da Educação Natural e Social, o fundamento filosófico e antropológico de sua pedagogia, se esforça em demonstrar quão importante é a educação infantil, para posteriormente, pensar em como começa o progresso da razão humana que permite desenvolver nos homens, a moralidade.

O Emílio (aluno) é educado para a moral, o que faz supor uma vida coletiva, no convívio com o outro, considerando cada um em si mesmo, ou seja, em dois planos: no individual e no social, no primeiro, onde ainda não há vícios, e no segundo, pelo objetivo de projetar o homem para a sociedade, capacitando-o a desempenhar suas funções de cidadão, ainda que precise entender as diferenças. Elucida Rousseau no *Contrato Social*:

Aquele que ousa empreender a instituição de um povo (coletivo), deve se sentir com capacidade para, por assim dizer, mudar a natureza humana, transformar cada indivíduo, que por si mesmo é um todo perfeito e solitário, em parte de um todo maior, do qual de certo modo esse indivíduo recebe sua vida e seu ser; alterar a constituição do homem para fortificá-la; substituir a existência física e independente, que todos nós recebemos da natureza, por uma existência moral e participativa. (ROUSSEAU, 1999, p. 63).

Associando a natureza humana e a socialização, Rousseau encarregou-se em demonstrar como esse confronto é indispensável para produzir um homem que reconheça e proclame sua conduta, através da razão para legitimar as exigências sentimentais e morais.

A educação é o pano de fundo que possibilita ao homem ter uma permanente vinculação com a natureza, impedindo-o de jogar-se contra ela. A educação não deve ser contra nossa condição natural, mas também não deve limitar-se a sua preservação. É nesse sentido que “se quiserdes prolongar pela vida inteira o efeito de uma boa educação, conservai-o na juventude os bons hábitos da infância.” (ROUSSEAU, 2004, p. 636). À

parte de todas as incongruências de escrita fica a lição que se pode tirar do *Emílio*, a que se reporta à educação da natureza como constituinte do progresso social. De tal forma que coloca a consciência como uma progressão, no seio da sociedade, ao mesmo tempo em que concebe um aluno determinado para enfrentar os embates desse meio social, enquanto um homem com capacidade de nutrir-se no convívio com os outros, enquanto escuta sua voz interna, pela maturação da razão e pelo conhecimento das paixões.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. 3ª. Ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

_____. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: UNESP, 1999.

CENCI, Ângelo V. *A formação moral e o papel do educador no livro IV do Emílio*. Passo Fundo. Mimeo.

DALBOSCO, C. A. “G. H. Mead e o problema do modelo reflexivo da autoconsciência: considerações introdutórias”. In: MÜLLER, M. C./ CENCI, E. M. (Orgs.). *Ética, Política e Linguagem: Confluências*. Londrina: Edições CEFIL, 2004, p. 313-336.

_____. “Teoria social, antropologia filosófica e educação natural em Rousseau”, in: DALBOSCO, C. A./ FLIKINGER, H. G. (Org.). *Educação e maioria: dimensões da racionalidade pedagógica*. São Paulo: Cortez Editora; Passo Fundo: UPF Editora, 2005, p. 70-103.

_____. “Determinação racional da vontade humana e educação natural em Rousseau”. In: *Revista Educação e Pesquisa (USP)*, São Paulo. Volume 33. Nº 01, 2007a, p. 135-150.

_____. *Primeira infância e educação natural em Rousseau: as necessidades da criança*. In: *Educação*, PUCRS, ano XXX, n.(62), 2007b, p. 135-150.

_____. *O Iluminismo pedagógico de Rousseau*. Passo Fundo, 2008a.(Mimeo).

_____. *Crítica da Razão e Iluminismo pedagógico em Rousseau*, 2008b.

DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. (Dicionários de Filósofos)

COULOM, Olga Maria A. Fonseca; PEDRO, Fábio Costa. Apostila: dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial. UFMG, 1995. Disponível em: <<http://br.geocities.com/fcpedro/iluminis.html>>. Acesso em: 19 set. 2008.

DOZOL, Marlene de Souza. “A concepção histórico-crítica da educação: duas leituras”. Perspectiva: Revista do centro de Ciências da Educação, Florianópolis: Volume 12, nº 21, 1994. p. 105-118.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. Brasiliense, 1993.

_____. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: São Paulo: Ática, 1993.
_____, *Os mestres de Rousseau*. São Paulo, Cortez, 2004.

KANT, Immanuel “Resposta à pergunta: Que é esclarecimento (Aufklärung)”. In. *Textos Seletos*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Sobre a Pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1996.

MARQUES, José Oscar de Almeida. (Org). *Verdades e Mentiras: 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MÜHL, E. H. *Educação do pré-adolescente e o papel do educador no livro III do Emílio de Rousseau*. Passo Fundo, 2008. (Mimeo).

NOGARO, Arnaldo, POKOJESKI, Sueli. “O conceito de Educação no Emílio de Rousseau”. In: Revista Espaço Pedagógico. UPF. Volume 11. Nº 2, 2004, p. 92-110.

PISSARRA, Maria Constança Peres. *Discurso sobre a economia política e do contrato social/Jean-Jacques Rousseau*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. *Rousseau: a política como exercício pedagógico*. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. REIS, Helena Esser dos. “Jean-Jacques Rousseau e o iluminismo brasileiro”. In: *Frag. Cult.* Goiânia. Volume 13, 2003. p. 223-236.

RELATÓRIO, vinculado ao *projeto de pesquisa Iluminismo e Pedagogia*, pertencente à linha de pesquisa Fundamentos da Educação do PPG em Educação (UPF/RS), 2005.

ROUSSEAU, Jean - Jacques. *As confissões*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Atena, 1959.

_____. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores),

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: UNE, 1989.

_____. *Do contrato Social: Ensaio sobre as origens das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Emílio ou da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1992.

_____. *Júlia ou a Nova Heloísa*: São Paulo. Campinas, 1994.

_____. *Do contrato social: princípios de direito político*. 19 ed. Rio de Janeiro. Ediouro, 1999.

_____. *Emílio ou da Educação*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: A transparência e o obstáculo*. Seguido de sete ensaios sobre Rousseau. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história do Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

WEFFOR, Francisco C. *Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. O Federalista*. São Paulo: Ática, 1999.

P761e Pokojeski, Sueli

Educação natural, antropologia e sociabilidade no *Emílio* de Rousseau / Sueli Pokojeski. – 2008.
83 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2008.

Orientação: Prof. Dr. Cláudio Almir Dalbosco.

1. Educação - filosofia. 2. Antropologia. 3. Sociologia educacional. 4. Auto-estima. I. Dalbosco, Cláudio Almir, orientador. II. Título.

CDU: 37.01

Bibliotecária responsável Priscila Jensen Teixeira - CRB 10/1867